



Bruxelas, 21 de março de 2022
(OR. en)

7371/22

COPS 130	PROCIV 36
POLMIL 72	ESPACE 27
EUMC 95	POLMAR 26
CSDP/PSDC 155	MARE 24
CFSP/PESC 394	COMAR 23
CIVCOM 50	COMPET 165
RELEX 373	IND 77
JAI 371	RECH 144
HYBRID 27	COTER 79
DISINFO 24	POLGEN 41
CYBER 87	CSC 111

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de: Secretariado-Geral do Conselho

para: Delegações

Assunto: Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa – Por
uma União Europeia que protege os seus cidadãos, os seus valores e os
seus interesses e contribui para a paz e a segurança internacionais

Junto se envia, à atenção das delegações, a Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa – Por
uma União Europeia que protege os seus cidadãos, os seus valores e os seus interesses e contribui
para a paz e a segurança internacionais, aprovada pelo Conselho na sua reunião de 21 de março
de 2022.

Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa

Por uma União Europeia que protege os seus cidadãos, os seus valores e os seus interesses e contribui para a paz e a segurança internacionais

SÍNTESE

O regresso da guerra à Europa, com a agressão não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia, assim como as importantes mudanças geopolíticas, estão a pôr à prova a nossa capacidade para promover a nossa visão e defender os nossos interesses. Vivemos numa era de concorrência estratégica e de ameaças complexas à segurança. Assistimos a um aumento dos conflitos, dos atos de agressão e das fontes de instabilidade e a um reforço dos dispositivos militares, não só na nossa vizinhança mas também em regiões mais afastadas, os quais geram um enorme sofrimento no plano humanitário e deslocamentos da população. As ameaças híbridas aumentam tanto em termos de frequência como de repercussões. A interdependência está a tornar-se cada vez mais um fator de conflito e a capacidade de influência é usada como arma: as vacinas, os dados e as normas tecnológicas são instrumentos de concorrência política. O acesso ao alto mar, ao espaço exterior e à esfera digital é cada vez mais disputado. Estamos a enfrentar cada vez mais tentativas de coerção económica e energética. Além disso, os conflitos e a instabilidade são frequentemente agravados pelo efeito potenciador que as alterações climáticas produzem.

A União Europeia está mais unida do que nunca. Estamos empenhados em defender a ordem europeia de segurança. A soberania, a integridade territorial e a independência dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas devem ser inteiramente respeitadas. Ao apoiar a Ucrânia face à agressão militar da Rússia, estamos a demonstrar, **juntamente com os nossos parceiros, uma determinação sem precedentes para restabelecer a paz na Europa.** Uma UE mais forte e com mais capacidade no plano da segurança e da defesa contribuirá positivamente para a segurança mundial e transatlântica e complementa a OTAN, que continua a ser a base da defesa coletiva dos seus membros. A relação transatlântica e a cooperação UE-OTAN, no pleno respeito pelos princípios consagrados nos Tratados e pelos que foram acordados pelo Conselho Europeu, nomeadamente os princípios da inclusividade, da reciprocidade e da autonomia de decisão da UE, são essenciais para a nossa segurança global. A UE reafirma a sua intenção de intensificar o apoio à ordem mundial assente em regras, centrada nas Nações Unidas. A UE reforçará igualmente a sua parceria estratégica com a OTAN e intensificará a sua cooperação com os parceiros regionais, nomeadamente a OSCE, a UA e a ASEAN.

O ambiente de segurança mais hostil obriga-nos a dar um salto decisivo em frente e a aumentar a nossa capacidade e vontade de agir, a reforçar a nossa resiliência e a garantir a solidariedade e assistência mútua. A solidariedade entre os Estados-Membros está refletida no artigo 42.º, n.º 7, do TUE. A UE tem de aumentar a sua presença, eficácia e visibilidade na sua vizinhança e na cena mundial através de esforços e investimentos conjuntos. Juntos, podemos ajudar a dar forma ao futuro mundial prosseguindo uma linha de ação estratégica. Temos de agir como um interveniente político forte e coerente para defender os valores e princípios que estão na base das nossas democracias, assumir uma maior responsabilidade pela segurança da Europa e dos seus cidadãos e apoiar a paz e a segurança internacionais, bem como a segurança humana, em conjunto com os nossos parceiros, reconhecendo ao mesmo tempo o caráter específico da política de segurança e defesa de determinados Estados-Membros.

A Bússola Estratégica estabelece um elevado nível de ambição para a nossa agenda de segurança e defesa na medida em que:

1. Apresenta uma **avaliação comum do nosso ambiente estratégico**, das ameaças e desafios que enfrentamos e das suas implicações para a UE;
2. Confere **mais coerência e fomenta a consciência de um propósito comum** às ações no domínio da segurança e da defesa que já estão em curso;
3. Define **novas formas e meios** de aumentar a nossa capacidade coletiva de defender a segurança dos nossos cidadãos e da nossa União;
4. Define expressamente **metas e marcos claros** para aferir os progressos realizados.

Para esse efeito, comprometemo-nos a realizar as seguintes ações prioritárias concretas, em quatro vertentes de trabalho:

AGIR

Temos de ser capazes de **agir com rapidez e energia** sempre que surja uma crise, fazendo-o com parceiros nossos, se possível, e sozinhos, quando necessário. Nesta perspetiva, propomo-nos:

1. **Reforçar as nossas missões e operações civis e militares da PCSD**, atribuindo-lhes mandatos mais sólidos e flexíveis, promovendo um **processo decisório rápido e mais flexível** e assegurando uma maior **solidariedade financeira**, fomentando ao mesmo tempo uma estreita cooperação com missões e operações *ad hoc* lideradas pela Europa. Reforçaremos a vertente **civil da nossa PCSD** por meio de um novo pacto que permita uma projeção mais rápida, inclusive em ambientes complexos;
2. Desenvolver uma **capacidade de projeção rápida da UE** que nos permita projetar rapidamente até 5000 militares para ambientes não permissivos em diferentes tipos de crises;
3. Reforçar as nossas **estruturas de comando e de controlo**, em especial a Capacidade Militar de Planeamento e Condução, e aumentar o nosso nível de prontidão e a cooperação através do reforço da **mobilidade militar** e da realização de **exercícios reais regulares**, em especial para a capacidade de projeção rápida.

GARANTIR A SEGURANÇA

Temos de **fortalecer a nossa capacidade de prever ameaças**, garantir o **acesso seguro** a domínios estratégicos e **proteger os nossos cidadãos**. Nesta perspetiva, propomo-nos:

4. Impulsionar as nossas **capacidades de informações**, como o quadro da Capacidade Única de Análise de Informações da UE, a fim de melhorar o conhecimento situacional e a nossa perspetiva estratégica;
5. Criar um **conjunto de instrumentos híbrido da UE** que reúna diferentes meios de detetar e dar resposta a uma vasta gama de ameaças híbridas. Neste contexto, elaboraremos um conjunto de instrumentos específico para abordar a **manipulação da informação e ingerência estrangeiras**;
6. Continuar a desenvolver a **política de ciberdefesa da UE** a fim de a preparar melhor para a ocorrência de ciberataques e lhes dar resposta; Reforçar a nossa ação nos domínios marítimo, aéreo e espacial, nomeadamente **alargando as presenças marítimas coordenadas** a outras regiões, a começar pelo Indo-Pacífico, e elaborando uma **estratégia espacial da UE para a segurança e a defesa**.

INVESTIR

Temos de investir mais e melhor em **capacidades e tecnologias inovadoras**, colmatar lacunas estratégicas e **reduzir as dependências tecnológicas e industriais**. Nesta perspetiva, propomo-nos:

7. **Gastar mais e melhor na defesa e reforçar os nossos processos de desenvolvimento de capacidades e de planeamento** para dar melhor resposta às realidades operacionais e às novas ameaças e desafios;
8. Procurar soluções comuns para desenvolver os **facilitadores de força** necessários para as nossas missões e operações, bem como as **capacidades de próxima geração em todos os domínios operacionais**, como plataformas navais de topo de gama, futuros sistemas aéreos de combate, capacidades espaciais e carros de combate;
9. Tirar pleno partido da cooperação estruturada permanente e do Fundo Europeu de Defesa para desenvolver conjuntamente **capacidades militares de vanguarda** e investir na **inovação tecnológica para a defesa** e criar um novo **polo de inovação no domínio da defesa** no âmbito da Agência Europeia de Defesa.

PARCERIAS

Temos de reforçar a **cooperação com os nossos parceiros**, com vista a fazer face às ameaças e desafios comuns. Nesta perspetiva, propomo-nos:

10. **Reforçar as parcerias estratégicas** com a OTAN e a ONU através de diálogos políticos mais estruturados, bem como da cooperação operacional e temática. Intensificaremos igualmente a nossa cooperação com os **parceiros regionais**, nomeadamente a OSCE, a UA e a ASEAN;
11. Impulsionar a cooperação com **parceiros bilaterais** que comungam dos mesmos valores e interesses, como os Estados Unidos, a Noruega, o Canadá, o Reino Unido e o Japão. Desenvolver **parcerias adaptadas** nos Balcãs Ocidentais, na nossa Vizinhança Oriental e Meridional, na África, na Ásia e na América Latina;
12. Desenvolver um **Fórum de Parceria da UE para a Segurança e Defesa** para trabalhar de forma mais estreita e eficaz com os nossos parceiros, tendo em vista fazer face aos desafios comuns.

É por esta razão que a presente Bússola Estratégica estabelece um plano ambicioso mas exequível para **reforçar a nossa política de segurança e defesa** até 2030. Justifica-se a necessidade de imprimir uma nova dinâmica ao domínio da segurança e defesa da UE: um ambiente mais hostil e tendências geopolíticas mais vastas requerem que a UE assuma uma parte maior da responsabilidade pela sua própria segurança.

INTRODUÇÃO

Estamos a adotar a presente Bússola Estratégica numa altura em que assistimos ao **regresso da guerra à Europa**. Ao longo das últimas sete décadas, a UE tem desempenhado um importante papel em prol da estabilidade no nosso continente, projetando os interesses e valores europeus e contribuindo para a paz e a segurança em todo o mundo. Com 27 Estados-Membros e 450 milhões de cidadãos, a nossa União continua a ser o maior mercado único do mundo, o mais importante parceiro comercial e de investimento para muitos países, em especial na nossa vizinhança, e a maior fonte de ajuda ao desenvolvimento. A UE é uma entidade que define normas e que tem sido consistentemente a primeira a investir em soluções multilaterais eficazes. Com as nossas missões e operações de gestão de crises a operar em três continentes, demonstrámos que estamos prontos a assumir riscos pela paz e a nossa quota-parte das responsabilidades mundiais em matéria de segurança.

A guerra de agressão da Rússia constitui um abalo tectónico na história europeia. A UE está mais unida do que nunca face à agressão militar não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia que constitui uma violação flagrante do direito internacional e dos princípios da Carta das Nações Unidas e compromete a segurança e a estabilidade na Europa e no mundo. Estamos a demonstrar **uma determinação sem precedentes para defender os princípios da Carta das Nações Unidas e restabelecer a paz na Europa, juntamente com os nossos parceiros**. Uma UE mais forte e com mais capacidade no plano da segurança e da defesa contribuirá positivamente para a segurança mundial e transatlântica e complementa a OTAN, que continua a ser a base da defesa coletiva dos seus membros. A relação transatlântica e a cooperação UE-OTAN, no pleno respeito pelos princípios consagrados nos Tratados e pelos que foram acordados pelo Conselho Europeu, nomeadamente os princípios da inclusividade, da reciprocidade e da autonomia de decisão da UE, são essenciais para a nossa segurança global. A solidariedade entre os Estados-Membros está refletida no artigo 42.º, n.º 7, do Tratado da União Europeia. De um modo mais geral, a UE reafirma a sua intenção de intensificar o apoio à ordem mundial assente em regras, centrada nas Nações Unidas.

Nesta era marcada por uma **concorrência estratégica crescente, pela complexidade das ameaças à segurança e pelo ataque direto à ordem europeia de segurança**, está em jogo a segurança dos nossos cidadãos e da nossa União. A crise do multilateralismo está a conduzir a relações cada vez mais transacionais entre os Estados. O espetro de ameaças tornou-se mais diversificado e imprevisível. As alterações climáticas são um potenciador de ameaça que nos afeta a todos. Após três décadas de forte interdependência económica, que deveria diminuir as tensões, o regresso à política de relações de força e até mesmo à agressão armada, é a mudança mais significativa nas relações internacionais. **O terrorismo ameaça a estabilidade de muitos países** e continua a pôr à prova os sistemas de segurança nacionais em todo o mundo. **A interdependência continua a ser importante mas está a tornar-se cada vez mais num fator de conflito e a capacidade de influência é usada como arma**: as vacinas, os dados e as normas tecnológicas são instrumentos de concorrência política.

A segurança europeia é indivisível e qualquer desafio que se coloque à ordem europeia de segurança afeta a segurança da UE e dos seus Estados-Membros. **O regresso à política de relações de força** leva alguns países a agir em termos de direitos históricos e de zonas de influência, em vez de respeitarem a regras e princípios internacionalmente acordados e se unirem para promover a paz e a segurança internacionais. **O alto-mar, o espaço aéreo, o espaço exterior e a ciberesfera são domínios cada vez mais disputados**. Por último, o nosso mundo está a tornar-se menos livre, com os direitos humanos, a segurança humana e os valores democráticos a serem alvo de ataques tanto a nível interno como externo. **Estamos perante a concorrência de sistemas de governação acompanhada de uma verdadeira batalha de narrativas**.

Neste sistema de grande antagonismo, a UE e os seus Estados-Membros **têm de investir mais na sua segurança e defesa para se tornarem num interveniente mais forte a nível político e da segurança**. Apesar dos progressos que alcançámos nos últimos anos, existe um grande risco de nos vermos ultrapassados pelos nossos concorrentes: há muito a fazer para que a UE reforce a sua posição geopolítica. **É esta a razão por que precisamos de dar um enorme salto em frente para desenvolver uma União Europeia mais forte e mais capaz, que atue como garante da segurança**, com base nos valores fundamentais da União consagrados no artigo 2.º do Tratado da União Europeia. Só podemos fazê-lo com base numa avaliação comum das ameaças e num compromisso conjunto de ação.

Com a presente Bússola Estratégica, definimos uma **visão estratégica comum** para a política de segurança e defesa da UE nos próximos 5 a 10 anos e começaremos de imediato a implementá-la. Graças a ela poderemos construir uma cultura estratégica comum, reforçar a nossa unidade e solidariedade e, acima de tudo, reforçar a nossa capacidade e vontade de agir em conjunto, proteger os nossos interesses e os nossos valores.

Num **mundo de incertezas**, repleto de ameaças e de dinâmicas geopolíticas em rápida mutação, a **presente Bússola Estratégica serve de orientação e reforça a nossa atuação para tornar a UE num garante de segurança mais forte e mais capaz. Para o efeito, indica objetivos claros no domínio da segurança e da defesa da UE, os meios para os alcançar e prazos específicos para aferir os progressos realizados**.

Concretamente, a presente bússola:

1. Apresenta uma **avaliação comum do nosso ambiente estratégico**, das ameaças e desafios que enfrentamos e das suas implicações para a UE;
2. Confere **mais coerência e fomenta a consciência de um propósito comum** às ações no domínio da segurança e da defesa que já estão em curso;
3. Estabelece **novas ações e meios** para:
 - a. nos permitir agir de forma mais rápida e decisiva quando confrontados com crises;
 - b. defendermos os nossos interesses e protegermos os nossos cidadãos, reforçando a capacidade da UE para prever e atenuar as ameaças;
 - c. estimular os investimentos e a inovação para desenvolver conjuntamente as capacidades e tecnologias necessárias;
 - d. aprofundar a cooperação com os nossos parceiros, nomeadamente a ONU e a OTAN, com vista a alcançar objetivos comuns;
4. Define expressamente **metas e marcos claros** para aferir os progressos realizados.

A presente Bússola Estratégica compromete a União Europeia e os seus Estados-Membros a fazer um esforço comum para alcançar resultados concretos. Os seus objetivos e as ações nela propostos fazem parte da abordagem integrada da UE e são plenamente coerentes e complementares às políticas atualmente seguidas para dar resposta às ameaças externas que afetam a nossa segurança interna, em especial as estabelecidas na Estratégia para a União da Segurança de 2020 da Comissão Europeia. As políticas da UE têm um efeito de alavanca considerável que tem de ser plenamente mobilizado para reforçar a segurança e a defesa da UE. A presente Bússola Estratégica baseia-se igualmente nos pacotes dedicados à defesa e ao espaço que a Comissão Europeia apresentou em fevereiro de 2022 e contribui diretamente para a execução da agenda de Versalhes.

1. O MUNDO QUE ENFRENTAMOS

Para preparar esta Bússola Estratégica, realizámos em 2020 a primeira **análise global das ameaças a nível da UE**, o que contribuiu para desenvolver um entendimento comum das ameaças e dos dificuldades que a UE terá pela frente num futuro próximo. Para construir uma cultura estratégica comum, procederemos a uma revisão regular da análise das ameaças, pelo menos de três em três anos, a partir de 2022, ou mais cedo se a evolução do contexto estratégico e de segurança o exigir.

O panorama de segurança tornou-se mais volátil, complexo e fragmentado do que nunca devido à existência de **ameaças a vários níveis**. A dinâmica de instabilidade local e regional, que se alimenta da governação disfuncional e da contestação na nossa vizinhança alargada e em regiões mais afastadas, por vezes fomentada por desigualdades, tensões religiosas e étnicas, está cada vez mais associada a ameaças não convencionais e transnacionais e a rivalidades geopolíticas pelo poder. Esta situação desgasta a capacidade do sistema multilateral para prevenir e atenuar os riscos e as crises.

O regresso da política de relações de força num mundo multipolar disputado

A UE é uma defensora firme de um **multilateralismo efetivo** e procurou desenvolver uma **ordem internacional aberta e assente em regras**, baseada nos direitos humanos e nas liberdades fundamentais, nos valores universais e no direito internacional. Esta visão de multilateralismo impôs-se a nível internacional depois do fim da Guerra Fria. Hoje em dia, tem estado a ser fortemente posta em causa através da destruição dos valores universais e de uma utilização tortuosa dos desafios mundiais levada a cabo por aqueles que promovem uma abordagem estritamente soberanista que constitui, na realidade, um regresso à política de relações de força. A atual realidade internacional assenta na combinação de dinâmicas com um número crescente de intervenientes que procuram alargar o seu espaço político e desafiar a ordem de segurança. O uso da força e da coerção para alterar fronteiras não tem cabimento no século XXI.

Com a sua agressão militar não provocada e injustificada contra a Ucrânia, a **Rússia** está a violar flagrantemente o direito internacional e os princípios da Carta das Nações Unidas e a comprometer a segurança e a estabilidade, tanto a nível europeu como a nível mundial. Esta agressão insere-se no seguimento da agressão militar na Geórgia em 2008, bem como da anexação ilegal da Crimeia e da intervenção militar no leste da Ucrânia em 2014. Com esta interferência pela força das armas na Geórgia e na Ucrânia, pelo controlo de facto sobre a Bielorrússia, bem como pela presença permanente de tropas russas em conflitos prolongados, incluindo na República da Moldávia, o Governo russo está ativamente empenhado em estabelecer as chamadas esferas de influência. A agressão armada contra a Ucrânia mostra a disposição para utilizar o mais alto nível de força militar, sem olhar a considerações de ordem jurídica ou humanitária, em combinação com táticas híbridas, ciberataques e manipulação da informação e ingerência estrangeiras, a coerção económica e energética e uma retórica nuclear agressiva. Estes atos agressivos e revisionistas da inteira responsabilidade do Governo russo, com a cumplicidade da Bielorrússia, ameaçam grave e diretamente a ordem de segurança europeia e a segurança dos cidadãos europeus. Os responsáveis por estes crimes, incluindo os que visam civis e bens de carácter civil, serão chamados a prestar contas. Noutros teatros, como a Líbia, a Síria, a República Centro-Africana e o Mali, a Rússia também se projeta e aproveita as crises de forma oportunista, inclusive recorrendo à desinformação e a mercenários, como o grupo Wagner. Toda esta evolução constitui uma ameaça, tanto a longo prazo como direta, para a segurança europeia, e continuaremos a enfrentá-la com determinação.

A **China** é um parceiro de cooperação, um concorrente económico e um rival sistémico. Com a China, poderemos fazer face a questões difíceis de interesse mundial, como as alterações climáticas. A China está cada vez mais envolvida e empenhada em tensões regionais. A assimetria na abertura dos nossos mercados e sociedades suscitou preocupações crescentes no que diz respeito à reciprocidade, à competitividade económica e à resiliência. A China tende a limitar o acesso ao seu mercado e procura promover as suas próprias normas a nível mundial. Executa as suas políticas, nomeadamente através da sua presença crescente no mar e no espaço, bem como através da utilização de ciberferramentas e recorrendo a táticas híbridas. Além disso, a China tem vindo a desenvolver substancialmente os seus meios militares e pretende concluir a modernização global das suas forças armadas até 2035, o que tem impacto na segurança regional e mundial. O resto deste século será marcado pelo desenvolvimento e integração da China na sua região e no mundo em geral. Temos de velar por que tal aconteça de forma que contribua para manter a segurança mundial e não contradiga a ordem internacional assente em regras nem os nossos interesses e valores, o que exige uma forte unidade entre nós e uma estreita colaboração com outros parceiros regionais e mundiais.

Neste mundo multipolar disputado, a UE tem de assumir uma postura mais ativa para proteger os seus cidadãos e defender os seus interesses, projetar os seus valores e trabalhar com os seus parceiros para garantir um nível de segurança que torne o mundo mais seguro e mais justo. Juntamente com os nossos parceiros, a UE defende os princípios fundamentais em que assenta a segurança europeia, consagrados na **Carta das Nações Unidas** e nos **documentos constitutivos da OSCE**, nomeadamente a **Ata Final de Helsínquia** e a **Carta de Paris para uma Nova Europa**. Estes princípios incluem a igualdade soberana e a integridade territorial dos Estados; a inviolabilidade das fronteiras; a abstenção de recorrer à ameaça ou ao uso efetivo da força; e a liberdade dos Estados de escolher ou alterar os seus próprios sistemas de segurança. Estes princípios não são negociáveis nem passíveis de revisão ou reinterpretação.

A fim de defender a ordem internacional assente em regras, continuaremos a reforçar as nossas relações com os parceiros e os países da ONU, da OTAN e do G7 que partilham das mesmas ideias. Neste contexto, os Estados Unidos continuam a ser o parceiro estratégico mais sólido e mais importante da UE e são uma potência mundial que contribui para a paz, a segurança, a estabilidade e a democracia no nosso continente.

O nosso ambiente estratégico

Atualmente, a UE vê-se rodeada de **instabilidade** e de conflitos e confrontada com uma guerra junto às suas fronteiras. Estamos perante uma combinação perigosa de agressão armada, anexação ilegal, Estados frágeis, potências revisionistas e regimes autoritários. Este ambiente constitui um terreno fértil para o desenvolvimento de múltiplas ameaças à segurança europeia, desde o terrorismo, o extremismo violento e a criminalidade organizada aos conflitos híbridos e ciberataques, à instrumentalização da migração irregular, à proliferação de armamento e ao enfraquecimento gradual da arquitetura de controlo de armas. A instabilidade financeira e as extremas divergências sociais e económicas podem agravar ainda mais esta dinâmica e ter um impacto crescente sobre a nossa segurança. Todas estas ameaças comprometem a segurança da UE nas nossas fronteiras meridionais e orientais e para além delas. Onde a UE não é ativa e eficaz na promoção dos seus interesses, há outros que ocupam esse espaço.

A segurança e a estabilidade em toda a região dos **Balcãs Ocidentais** ainda não são um dado adquirido, também devido às crescentes interferências estrangeiras, incluindo campanhas de manipulação de informação, bem como às possíveis repercussões da atual deterioração da situação da segurança na Europa. A este respeito, interessa particularmente apoiar a soberania, a unidade e a integridade territorial da Bósnia-Herzegovina, com base nos princípios da igualdade e da não discriminação de todos os cidadãos e dos povos constituintes, tal como consagrados na Constituição da Bósnia-Herzegovina, bem como o processo de reforma na sua trajetória europeia, e levar por diante o diálogo Pristina-Belgrado, liderado pela UE. É necessário continuar a realizar progressos concretos em matéria de Estado de direito e de reformas baseadas nos valores, regras e normas da Europa e a perspetiva europeia é uma escolha estratégica, essencial para todos os parceiros que desejem aderir à UE. Na nossa **Vizinhança Oriental**, enquanto a Ucrânia é diretamente atacada pelas forças armadas russas, também a República da Moldávia, a Geórgia e outros países no Sul do Cáucaso enfrentam continuamente intimidações estratégicas, ameaças diretas à respetiva soberania e integridade territorial e veem-se a braços com conflitos prolongados. O autoritarismo na Bielorrússia traduz-se por uma repressão interna violenta, um apoio militar ativo à agressão da Rússia contra a Ucrânia, pela alteração do seu estatuto sem armas nucleares e por táticas híbridas contra a UE. A estabilidade e a segurança em toda a região do mar Negro estão a ser gravemente afetadas pela agressão da Rússia contra a Ucrânia, com vastas repercussões em termos de segurança, de resiliência, de liberdade de navegação e de desenvolvimento económico. A **região do Ártico** está em rápida mutação, sobretudo devido ao impacto do aquecimento global, às rivalidades geopolíticas e ao aumento do interesse comercial, nomeadamente pelos recursos naturais. Na nossa **Vizinhança Meridional**, as crises na Líbia e na Síria continuam por resolver, com consequências regionais duradouras e generalizadas. A região vê-se particularmente ameaçada pelos movimentos terroristas, pelo tráfico de seres humanos e pela criminalidade organizada, que afetam ambas as margens do mar Mediterrâneo. Sendo uma região e um espaço marítimo de importância estratégica para a nossa segurança e estabilidade, estamos empenhados em intensificar os nossos esforços para fazer face a estas ameaças e desafios. Continuaremos a trabalhar pela paz e segurança na região euro-mediterrânica, nomeadamente através da mediação, da resolução de conflitos, da recuperação das instituições e da reintegração de todos os membros da sociedade. Para tal, reforçaremos a nossa cooperação com os parceiros regionais. Por último, continuam as tensões no **Mediterrâneo Oriental**, devido às provocações e ações unilaterais contra os Estados-Membros da UE e às violações dos direitos de soberania ao arrefio do direito internacional, bem como à instrumentalização da migração irregular, tensões essas que têm potencial para se agravar rapidamente; é do interesse tanto da UE como da Turquia assegurar um ambiente estável e seguro, bem como uma relação mutuamente benéfica de cooperação, em conformidade com o princípio das relações de boa vizinhança.

Em conjugação, estas ameaças e estes problemas afetam a segurança dos nossos cidadãos, as nossas infraestruturas críticas e a integridade das nossas fronteiras. As repercussões de uma relação fortemente deteriorada com o Governo russo é especialmente grave em muitos destes teatros. O Governo russo interfere ativamente por meio de táticas híbridas, e compromete a estabilidade dos países e os seus processos democráticos, o que também tem implicações diretas para a nossa própria segurança.

O futuro da **África** reveste-se de importância estratégica para a UE. Dado o seu crescimento económico e demográfico, o continente africano encerra um potencial considerável. No entanto, os conflitos em curso, a má governação e o terrorismo em todo o continente afetam a nossa própria segurança. É o caso, em especial, do Mali e de toda a **região do Sael** e da **África Central**, onde a instabilidade, os grupos terroristas, as deficientes estruturas do Estado, os mercenários e a pobreza generalizada constituem uma mistura perigosa e requerem um empenhamento acrescido por parte da UE. A estabilidade no **golfo da Guiné**, no **Corno de África** e no **canal de Moçambique** continua a ser um importante imperativo de segurança para a UE, também porque constituem rotas comerciais essenciais. Ao mesmo tempo, assistimos a uma concorrência geopolítica crescente em África, com uma presença cada vez maior de intervenientes mundiais e regionais. Alguns desses intervenientes não hesitam em recorrer a forças irregulares em zonas de instabilidade, comprometendo assim os esforços internacionais em prol da paz e da estabilidade, desestabilizando os países e as suas economias e sendo cúmplices em violações dos direitos humanos.

Em toda a região do **Médio Oriente** e do **Golfo**, os conflitos ativos e a instabilidade persistente colocam em risco a nossa segurança e os nossos interesses económicos. Continua a ser de importância crucial dar resposta aos desafios da não proliferação nuclear na região. O Irão é fundamental para a segurança na região, apesar do apoio direto e indireto que presta a representantes políticos e militares e de a proliferação balística e a transferência de mísseis e armas para intervenientes estatais e não estatais continuarem a representar uma importante fonte de instabilidade regional. Os esforços para conseguir o regresso à plena aplicação do plano de ação conjunto global (PACG) revestem-se da maior relevância. Os esforços desenvolvidos na região para combater o extremismo violento serão também da maior importância para a luta mundial contra grupos terroristas como a Alcaida e o Daexe.

Surgiu um novo centro de concorrência mundial no **Indo-Pacífico**, onde as tensões geopolíticas põem em perigo a ordem regional assente em regras e exercem pressão sobre as cadeias de abastecimento mundiais. A UE tem um interesse geopolítico e económico fundamental na estabilidade e segurança na região. Por conseguinte, defenderemos os nossos interesses na região, o que inclui assegurar a prevalência do direito internacional no domínio marítimo e noutros domínios. A China é o segundo maior parceiro comercial da UE e um parceiro necessário para fazer face aos desafios mundiais. Contudo, verifica-se também uma crescente reação ao seu comportamento regional cada vez mais assertivo.

Noutra região da **Ásia**, o Afeganistão continua a suscitar graves preocupações em matéria de segurança tanto para a região como para a União no que diz respeito ao terrorismo, ao tráfico de droga e aos crescentes desafios relacionados com a migração irregular. Certos intervenientes, como a República Popular Democrática da Coreia (RPDC), continuam a pôr em perigo a paz e a segurança regionais e internacionais, em virtude das armas de destruição maciça e dos seus programas de armamento nuclear e mísseis balísticos, mas também, em crescente medida, de operações de informações, ciberataques e campanhas de desinformação. Conflitos persistentes mais antigos continuam também a dificultar a elaboração de acordos de segurança panregionais abrangentes.

Por último, mantemos com a **América Latina** laços históricos e culturais profundos, bem como um compromisso com o multilateralismo baseado em princípios e valores fundamentais comuns. No entanto, a pandemia de COVID-19 veio evidenciar desequilíbrios socioeconómicos em vários países da América Latina e, em alguns casos, pôr em causa a estabilidade política. A fragilidade da América Central e a crise persistente na Venezuela contribuem para que haja divisões regionais e fortes pressões migratórias, o que alimenta novos problemas associados à criminalidade organizada relacionada com a droga e põe em perigo os esforços de paz na Colômbia.

Ameaças e desafios emergentes e transnacionais

Para além destes conflitos e tensões regionais, somos também confrontados, a nível mundial, com ameaças transnacionais e dinâmicas complexas em matéria de segurança que têm um impacto direto sobre a própria segurança da União.

O terrorismo e o extremismo violento em todas as suas formas e independentemente da sua origem continuam a evoluir de modo persistente e constituem uma grave ameaça para a paz e a segurança, dentro e fora da UE. Incluem uma combinação de terroristas endógenos, combatentes estrangeiros regressados, atentados dirigidos, encorajados ou inspirados no estrangeiro, bem como a propagação de ideologias e crenças que conduzem à radicalização e ao extremismo violento. Em especial, a ameaça do Daexe, da Alcaida e dos seus filiados permanece elevada e continua a comprometer a estabilidade em várias regiões, bem como a segurança da UE.

A **proliferação de armas de destruição maciça** e dos seus vetores constitui uma ameaça persistente, tal como ilustram nomeadamente os programas nucleares da RPDC e do Irão, a utilização repetida de armas químicas e o desenvolvimento e recurso a novos mísseis balísticos, de cruzeiro e hipersónicos avançados. Tanto a Rússia como a China estão a **expandir o seu arsenal nuclear** e a desenvolver novos sistemas de armamento. Os dirigentes russos acenaram com a ameaça nuclear no contexto da sua invasão da Ucrânia. As potências regionais também têm acesso a armas convencionais sofisticadas, desde sistemas antiacesso e de negação de área a mísseis balísticos e de cruzeiro. Estas tendências são exacerbadas pela erosão da **arquitetura de controlo de armas** na Europa, desde o Tratado sobre Forças Convencionais na Europa ao Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Intermédio e ao Tratado sobre o Regime de Céu Aberto. Este vazio normativo tem impacto direto na estabilidade e segurança da UE. O aumento acentuado da utilização de armas químicas não pode ser tolerado. A salvaguarda da proibição mundial de armas químicas é uma responsabilidade partilhada a nível mundial. Assim, continuaremos a apoiar, em especial, a Agência Internacional da Energia Atómica e a Organização para a Proibição de Armas Químicas.

Há **intervenientes estatais e não estatais** que estão a recorrer a **estratégias híbridas**, a **ciberataques**, a **campanhas de desinformação**, à **interferência** direta nas nossas eleições e nos nossos processos políticos, à coerção económica e à instrumentalização dos fluxos de migração irregular. A crescente utilização abusiva da lei para alcançar objetivos políticos, económicos e militares é também uma preocupação cada vez maior. Os nossos adversários não hesitam em utilizar **tecnologias emergentes e disruptivas** para obterem vantagens estratégicas e aumentar a eficácia das suas campanhas híbridas. Alguns aproveitaram as incertezas criadas pela pandemia de COVID-19 para difundir narrativas nocivas e falsas.

Ao mesmo tempo, o acesso livre e seguro a domínios estratégicos mundiais é cada vez mais disputado. O **ciberespaço** tornou-se num domínio de concorrência estratégica, numa altura de dependência crescente das tecnologias digitais. Deparamo-nos em crescente medida com ciberataques cada vez mais sofisticados. É essencial manter um ciberespaço aberto, livre, estável e seguro. Apesar do princípio da utilização pacífica do **espaço exterior**, a concorrência neste domínio tem fortes implicações em termos de segurança e defesa. Apesar de ser fundamental para as capacidades de observação, monitorização, navegação e comunicação, trata-se de um domínio congestionado e disputado, como demonstram os comportamentos irresponsáveis dos concorrentes estratégicos. A **segurança marítima** no mar Báltico, no mar Negro, no Mediterrâneo e no mar do Norte, bem como nas águas do Ártico, no oceano Atlântico e nas regiões ultraperiféricas, é importante para a segurança da UE, o nosso desenvolvimento económico, o comércio livre, os transportes e a segurança energética. As zonas marítimas, as rotas marítimas críticas de comunicação e os vários pontos marítimos de estrangulamento, bem como os fundos marinhos, são cada vez mais disputados, desde o golfo de Áden até ao estreito de Ormuz e além do estreito de Malaca. Por último, a nossa **segurança no ar** é também posta em causa por posturas aéreas cada vez mais agressivas, com o aumento de táticas antiacesso / de negação de área.

As alterações climáticas, a degradação ambiental e as catástrofes naturais terão também repercussões sobre o nosso panorama de segurança ao longo das próximas décadas e são fatores comprovados de instabilidade e conflito em todo o mundo – do Sael à Amazónia e à região do Ártico. São exemplos concretos disso a concorrência pelos **recursos naturais**, como as terras agrícolas e a água, bem como a exploração dos recursos energéticos para fins políticos. Descarboxinar e tornar as nossas economias mais circulares e mais eficientes em termos de recursos traz consigo desafios específicos em matéria de segurança, como é o caso do acesso a matérias-primas essenciais, da gestão da cadeia de valor e da sustentabilidade, além das mudanças económicas e políticas causadas pela transição para combustíveis não fósseis. As **crises sanitárias mundiais** podem também exercer pressões consideráveis sobre as sociedades e as economias, com implicações geopolíticas de grande alcance. A pandemia de COVID-19 veio alimentar rivalidades internacionais e mostrar que as perturbações das principais rotas comerciais podem colocar as cadeias de abastecimento críticas sob pressão e afetar a segurança económica.

Implicações estratégicas para a União

Todos estes desafios são multifacetados e muitos deles estão interligados. A nossa segurança está em jogo, aquém ou além fronteiras. Temos de ser capazes e de estar preparados para **proteger os nossos cidadãos, defender os nossos interesses comuns, projetar os nossos valores e contribuir para dar forma ao futuro mundial**. Temos de redobrar de esforços para aplicar a nossa **abordagem integrada** à segurança, aos conflitos e às crises. Temos de ser mais ousados na forma como combinamos os nossos instrumentos diplomáticos e económicos, nomeadamente os nossos regimes de sanções, com meios civis e militares para prevenir conflitos, reagir às crises, contribuir para a consolidação da paz e apoiar os nossos parceiros. Reforçaremos igualmente a nossa cooperação com iniciativas europeias bilaterais, regionais e multilaterais em matéria de segurança e defesa que contribuam para a segurança da Europa.

A solidariedade, a unidade e a nossa ambição decorrentes da **Estratégia Global da UE**, de 2016, são mais vitais do que nunca. Reforçaremos a nossa capacidade de contribuir para a paz e a segurança no nosso continente, de responder a crises e conflitos externos, de reforçar as capacidades dos parceiros e de proteger a UE e os seus cidadãos. Embora, desde 2016, tenhamos vindo a intensificar o nosso trabalho para reforçar o papel da UE no domínio da segurança e defesa, reconhecemos que há um novo panorama estratégico que nos obriga a agir com **muito maior sentido de urgência e determinação** e a dar provas de **assistência mútua** e de **solidariedade** em caso de agressão contra um de nós. Chegou o momento de tomarmos medidas decisivas para garantir a nossa liberdade de atuação.

As recentes mudanças geopolíticas recordam-nos que a UE precisa urgentemente de assumir mais responsabilidades pela sua própria segurança, agindo na sua vizinhança e noutras regiões, com parceiros seus, sempre que possível, e sozinha, sempre que necessário. A força da nossa União reside na unidade, na solidariedade e na determinação. Esta Bússola Estratégica reforçará a **autonomia estratégica** da UE e a sua capacidade de trabalhar com os parceiros para salvaguardar os seus valores e interesses. Uma UE mais forte e com mais capacidade no plano da segurança e da defesa contribuirá positivamente para a segurança mundial e transatlântica e complementa a OTAN, que continua a ser a base da defesa coletiva dos seus membros. Estes são interdependentes.

Nos capítulos que se seguem, a presente Bússola Estratégica determina a forma como **interviremos** e estaremos preparados para responder a várias crises e a vários desafios. Especifica a forma como devemos prever as ameaças, **defender** os nossos interesses e proteger os nossos cidadãos. Para tal, é necessário inovar e **investir** em capacidades de defesa tecnologicamente superiores e interoperáveis e reduzir as dependências tecnológicas e de recursos. Em todos estes esforços, teremos de aprofundar as **parcerias** nos domínios em que sirvam os valores e interesses da UE.

2. **AGIR**

Tendo em conta o mundo em que vivemos, temos de intensificar os nossos esforços para nos prepararmos para as crises e ameaças e para projetar a estabilidade na nossa vizinhança e noutras regiões. A força da UE na prevenção e resolução de crises e conflitos externos reside na sua capacidade de utilizar tanto os meios militares como os meios civis. Temos de ser capazes de **agir com rapidez** em todos os domínios operacionais: na terra, no mar e no ar, bem como no ciberespaço e no espaço exterior.

Para aplicar eficazmente a **abordagem integrada** da UE, utilizaremos de forma plena e coerente todas as políticas e instrumentos que a UE tem ao seu dispor e maximizaremos as sinergias e a complementaridade entre a segurança interna e externa, entre a segurança e o desenvolvimento, bem como entre as dimensões civil e militar da nossa política comum de segurança e defesa (PCSD). Reforçaremos a nossa capacidade para levar a cabo todas as tarefas civis e militares de **gestão de crises** que estão no cerne da nossa PCSD, tal como referido no artigo 43.º do Tratado da União Europeia.

Agir em conjunto

A UE tem de se tornar mais rápida, competente e eficaz na sua capacidade de **decisão e ação**. Para isso, é necessária vontade política. Sendo a unanimidade a norma em que assenta a tomada de decisões com implicações em matéria de segurança e defesa, precisamos de **mais rapidez, solidez e flexibilidade** para levar a cabo todas as tarefas de gestão de crises.

Temos de ser capazes de responder a ameaças iminentes ou de reagir rapidamente a uma situação de crise fora da União, em todas as fases do ciclo de conflito. Para o efeito, criaremos uma **capacidade de projeção rápida da UE**, que nos permitirá projetar rapidamente uma força modular de até 5000 militares, nomeadamente com componentes terrestres, aéreas e marítimas, bem como os facilitadores de força necessários. Essa capacidade modular pode ser utilizada em diferentes fases de uma operação num ambiente não permissivo, tais como a primeira intervenção ou o reforço, ou como força de reserva para assegurar uma saída. A criação desta capacidade basear-se-á em cenários operacionais, que se centrarão inicialmente nas operações de salvamento e evacuação, bem como na fase inicial das operações de estabilização. A capacidade será composta por agrupamentos táticos da UE substancialmente modificados e por forças e capacidades militares dos Estados-Membros pré-identificadas, em conformidade com o princípio da reserva única de forças. A este respeito, comprometemo-nos a aumentar a prontidão e a disponibilidade das nossas forças armadas. A alteração substancial dos agrupamentos táticos da UE deverá conduzir a um instrumento mais sólido e flexível, por exemplo, através de pacotes de forças específicos que incluam componentes terrestres, marítimas e aéreas, diferentes níveis de prontidão operacional e períodos de alerta mais longos. Uma panorâmica abrangente e exaustiva de todos os elementos disponíveis dar-nos-á a flexibilidade necessária para adaptar as nossas forças à natureza da crise e aos requisitos e objetivos da operação, tal como forem decididos pelo Conselho, utilizando os agrupamentos táticos da UE substancialmente alterados, as forças e capacidades militares dos Estados-Membros, ou uma combinação dos dois.

Para que a projeção seja eficaz, comprometemo-nos a fornecer os meios associados e os facilitadores de força necessários, em especial os transportes estratégicos, a proteção das forças, os meios médicos, a ciberdefesa, a comunicação por satélite e as capacidades de informação, de vigilância e de reconhecimento. Trataremos de desenvolver estas capacidades sempre que necessário. Para o comando e controlo, utilizaremos o nosso quartel-general operacional nacional pré-identificado ou a Capacidade Militar de Planeamento e Condução da UE, assim que esta estiver plenamente operacional. Garantiremos que para a rápida e eficiente projeção desta capacidade contribuam mecanismos de tomada de decisão mais flexíveis e um âmbito alargado de custos comuns (incluindo os custos dos exercícios). Organizaremos ações de formação e exercícios no âmbito da UE para aumentar o grau de prontidão e a interoperabilidade de todos os elementos desta capacidade (também em consonância com as normas da OTAN), o que é fundamental para ultrapassarmos os obstáculos que enfrentámos no passado.

De um modo mais geral, devemos igualmente visar uma maior flexibilidade no nosso **processo de tomada de decisão**, sem comprometer a solidariedade política e financeira. Por conseguinte, exploraremos o potencial que os Tratados da UE oferecem, incluindo a abstenção construtiva. Iremos, em especial, tomar decisões a respeito de modalidades práticas para a aplicação do artigo 44.º do Tratado da União Europeia, em conformidade com o processo decisório no âmbito da PCSD, para que um grupo de Estados-Membros interessados e aptos possa planear e realizar missões ou operações no quadro da UE e sob supervisão política do Conselho.

A definição de missões e operações civis e militares da PCSD mais **sólidas, flexíveis e modulares** deverá permitir adaptarmo-nos rapidamente a novas ameaças e desafios e aumentar a eficácia dessas missões e operações, tendo também em vista o novo contexto de segurança e a crescente presença dos nossos concorrentes estratégicos em teatros de operações. As referidas missões e operações devem, por exemplo, ser capazes de acompanhar e apoiar melhor as forças de segurança e defesa dos parceiros, bem como prestar formação e aconselhamento em matéria de reformas estruturais. Para o efeito, continuaremos a adaptar o nosso atual modelo de missões e operações militares a fim de aumentar a sua eficácia no terreno. Exploraremos igualmente outras possibilidades de prestar aconselhamento mais direcionado às organizações de segurança e defesa dos países parceiros. Os instrumentos de comunicação estratégica devem continuar a ser reforçados para melhor apoiar as nossas missões e operações.

Através do recurso acrescido ao **Mecanismo Europeu de Apoio à Paz**, a UE pode prestar rapidamente uma assistência importante aos parceiros, nomeadamente fornecendo equipamento militar, muitas vezes, a título de complemento da formação ministrada no âmbito das missões da PCSD. Essa assistência também pode ser prestada sob a forma de apoio às capacidades de defesa dos parceiros em momentos de crise, como no caso do pacote de assistência para apoiar as forças armadas ucranianas na defesa da sua integridade territorial e da sua soberania e na proteção da população civil de uma agressão não provocada e injustificada.

Os Estados-Membros da UE também dão contributos importantes para proteger os interesses da UE, e bem assim a paz e a estabilidade no mundo através de várias formas de cooperação. Uma melhor coordenação entre estas iniciativas e ações da UE deverá conduzir a um apoio mútuo e a uma maior eficácia. A este respeito, as nossas missões e operações da PCSD e as missões e operações *ad hoc* lideradas pela Europa que atuam no mesmo teatro de operações ou em teatros de operações adjacentes deverão reforçar-se mutuamente, em sintonia com os respetivos mandatos, graças à coordenação operacional, ao apoio logístico, à partilha de informações e às capacidades conjuntas de evacuação médica. Para isso, é preciso desenvolver uma cooperação mais estreita no teatro de operações nestes domínios, por exemplo, no Sael, no Corno de África e no estreito de Ormuz. A UE poderia apoiar ainda mais missões e operações *ad hoc* lideradas pela Europa que sirvam os seus interesses. Estas missões e operações poderiam beneficiar do apoio político da UE e ter por base resultados concretos das medidas de assistência financiadas através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz.

Tendo em conta que o domínio marítimo é alvo de crescentes disputas, comprometemo-nos a continuar a defender os nossos interesses no mar e a reforçar a segurança marítima da UE e dos Estados-Membros, nomeadamente através da melhoria da interoperabilidade das nossas forças navais mediante a realização de exercícios reais e a organização de escalas portuárias europeias. Com base na experiência em curso no Golfo da Guiné e no noroeste do Oceano Índico, iremos alargar a nossa **presença marítima coordenada** a outros domínios de interesse marítimo que tenham impacto na segurança da UE e procuraremos associar os parceiros pertinentes, sempre que adequado. Vamos também consolidar e, consoante o caso, aprofundar as nossas duas operações navais que estão projetadas no Mediterrâneo e ao largo da costa da Somália, zonas marítimas de interesse estratégico crucial para a UE.

Reforçaremos a cooperação e coordenação no **setor aéreo**, desenvolvendo a nossa capacidade de realizar, pela primeira vez, operações de segurança aérea da UE, incluindo operações de apoio aéreo, de salvamento e resgate, de vigilância e assistência em caso de catástrofe. Para facilitar a utilização coordenada dos meios aéreos militares em apoio das missões e operações da PCSD, reforçaremos igualmente a nossa colaboração e parceria com as estruturas e iniciativas multilaterais e da UE no setor aéreo, como o Comando Europeu de Transporte Aéreo.

Através das nossas **missões civis da PCSD**, prestamos um contributo essencial para a reforma do Estado de direito, da administração civil, da polícia e do setor da segurança nas zonas em crise. São também cruciais na resposta mais ampla da UE aos desafios de segurança através de meios não militares, inclusive os relacionados com a migração irregular, as ameaças híbridas, o terrorismo, a criminalidade organizada, a radicalização e o extremismo violento.

O **Pacto sobre a Vertente Civil da PCSD** ajuda-nos a continuar a desenvolver e reforçar as nossas missões civis, de modo a que estas possam responder rápida e eficazmente às ameaças e aos desafios existentes e emergentes que comprometem o sistema executivo, judicial ou legislativo nas zonas em crise, e colmatar lacunas críticas. Asseguraremos que as missões civis possam ser destacadas mais rapidamente, em conformidade com o Pacto sobre a Vertente Civil da PCSD. Mais especificamente, poderemos estar preparados para destacar uma missão com 200 peritos civis no prazo de 30 dias, tirando pleno partido dos principais equipamentos e serviços logísticos proporcionados pelo entreposto estratégico e pela plataforma de apoio às missões. Conferiremos uma maior eficácia, flexibilidade e capacidade de resposta às missões civis, nomeadamente acelerando o nosso processo de tomada de decisão, reforçando o planeamento operacional, melhorando a seleção e o recrutamento de pessoal e melhorando os instrumentos de resposta, incluindo as equipas especializadas. Para o efeito, apoiar-nos-emos também na investigação, no desenvolvimento e na inovação. Reforçaremos ainda mais a vertente civil da PCSD através de um novo pacto que estabeleça objetivos quanto ao tipo, número e dimensão das missões civis, elementos para um processo estruturado de desenvolvimento de capacidades civis, bem como sinergias com outros instrumentos da UE.

Para enfrentar, em conjunto, os desafios de segurança pertinentes, é necessária uma maior cooperação em benefício mútuo entre a PCSD e os agentes da UE no domínio **da justiça e dos assuntos internos**, incluindo agências como a EUROPOL, a EUROJUST, a CEPOL e a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (FRONTEX). Podemos tirar partido das experiências positivas, como na Líbia, na Ucrânia, no Sael e no Corno de África, ou da célula de informação criminal criada no quadro da operação naval da UE no Mediterrâneo. Para o efeito, pretendemos aumentar as sinergias entre os agentes no domínio da justiça e dos assuntos internos e a PCSD, em consonância com as prioridades da UE, nomeadamente com um conhecimento situacional comum, consultas e intercâmbios regulares e destacamentos sequenciais ou de apoio adaptados. A fim de assegurar uma adesão adequada, intensificaremos também a cooperação com os intervenientes nacionais no domínio da justiça e dos assuntos internos, nomeadamente a nível político.

Gradualmente, temos de reforçar ainda mais as nossas estruturas de **comando e controlo** civis e militares. Garantiremos que a Capacidade Militar de Planeamento e Condução esteja totalmente em condições de planear, controlar e comandar tarefas e operações não executivas e executivas, bem como exercícios reais. Neste contexto, iremos aumentar as contribuições em termos de pessoal e garantir que dispomos dos necessários sistemas de comunicação e informação, bem como das instalações adequadas. Assim que estiver plenamente operacional, a Capacidade Militar de Planeamento e Condução de Operações deverá ser considerada a principal estrutura de comando e controlo. Tal não impede que possamos continuar a utilizar o quartel-general operacional nacional pré-identificado. A Capacidade Civil de Planeamento e Condução será igualmente reforçada para melhorar a sua capacidade de planear, comandar e controlar as atuais e as futuras missões civis. A cooperação e a coordenação entre as estruturas militares e civis serão reforçadas através da Célula Conjunta de Coordenação do Apoio.

Continuamos firmemente empenhados em promover e reforçar a **segurança humana**, o respeito e o cumprimento do **direito internacional humanitário e em matéria de direitos humanos**, bem como a proteção dos civis, incluindo os trabalhadores humanitários, em todas as situações de conflito, bem como em continuar a desenvolver a política da UE em matéria de dever de diligência neste domínio. Temos de permanecer firmes e evitar todas as tentativas de desmantelar e minar o direito internacional. Continuaremos também a contribuir para a proteção do património cultural, nomeadamente através das nossas missões e operações da PCSD.

Estamos firmemente empenhados em honrar os objetivos da UE no que respeita às **mulheres, à paz e à segurança**. A luta contra as desigualdades de género e a violência baseada no género é um aspeto fundamental no que toca à prevenção e resolução de conflitos, bem como ao reforço da resiliência das comunidades às ameaças à segurança. A ação externa da UE, incluindo as missões e operações civis e militares, deverão contribuir ativamente para a capacitação das mulheres e para prevenir e combater a violência sexual e baseada no género em situações de conflito e pós-conflito, com base nos direitos e nas diferentes necessidades das mulheres, dos homens e das crianças. Continuaremos a promover a **igualdade de género** e integraremos sistematicamente uma perspetiva de género, baseada na análise das questões de género, em todos os planos e ações civis e militares da PCSD, com destaque também para a participação equitativa e significativa das mulheres em todas as funções, inclusive em cargos de liderança. Comprometemo-nos igualmente a cumprir os objetivos da UE relativamente à agenda sobre **as crianças e os conflitos armados**. A ação externa da UE desempenha um papel essencial ao contribuir para extinguir e prevenir as violações graves contra as crianças afetadas por conflitos, quebrando assim os ciclos de violência, nomeadamente através de ações civis e militares da PCSD.

Prepararmo-nos em conjunto

Se um Estado-Membro vier a ser alvo de agressão armada no seu território, os outros Estados-Membros devem prestar-lhe auxílio e assistência por todos os meios ao seu alcance, em conformidade com o artigo 51.º da Carta das Nações Unidas. Tal não afeta o carácter específico da política de segurança e defesa de determinados Estados-Membros. Os compromissos e a cooperação neste domínio respeitam os compromissos assumidos no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte, que, para os Estados que são membros desta organização, continua a ser o fundamento da sua defesa coletiva e a instância apropriada para a concretizar. Continuaremos a investir na nossa **assistência mútua** nos termos do artigo 42.º, n.º 7, do Tratado da União Europeia, bem como na **solidariedade** nos termos do artigo 222.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, em especial através de exercícios frequentes.

Para aumentar o nosso grau de preparação, procederemos de forma mais sistemática a um **planeamento antecipado** baseado em cenários definidos, reforçaremos o alerta precoce e adaptaremos os cenários operacionais que correspondem às ameaças e desafios em mutação que enfrentamos. A combinação de informações geoespaciais com outros tipos de **informações** fará com que o planeamento antecipado dê origem a planos civis e militares genéricos que serão depois adaptados e mantidos em função da evolução dos cenários. A este respeito, reforçaremos a cooperação entre os responsáveis pelo planeamento operacional a nível nacional e os responsáveis a nível da UE.

A União apenas pode ser eficaz, se tiver à sua disposição pessoal civil e militar suficiente e com a devida formação. Temos de reforçar as nossas capacidades e os nossos facilitadores e equipamentos essenciais, a fim de eliminar a discrepância entre o nosso nível de ambição e os **recursos** disponíveis. É necessária uma imagem mais transparente e estruturada do pessoal civil e militar disponível para as missões e operações da PCSD, a qual será possível formar mediante consultas políticas precoces, a fim de alcançar as nossas ambições e facilitar uma **repartição justa** das contribuições para as missões e operações militares. Comprometemo-nos a incentivar a **constituição de forças** para missões e operações militares, por exemplo, reforçando a transparência e a previsibilidade da rotatividade das tropas e alargando o âmbito dos custos comuns no quadro do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz. Reconhecemos a necessidade de prolongar o período de destacamento dos altos funcionários das missões, a fim de reforçar a eficácia das nossas missões não executivas. Estes esforços ajudarão a cumprir os compromissos pertinentes assumidos no âmbito da cooperação estruturada permanente pelos Estados-Membros participantes.

A prontidão e a **interoperabilidade** são elementos cruciais da nossa resposta às ameaças e da concorrência estratégica. A realização frequente de **exercícios reais** civis e militares, em todos os domínios, bem como o reforço do planeamento estratégico antecipado, ajudar-nos-á a aumentar substancialmente o nosso grau de prontidão, a promover a interoperabilidade e a apoiar uma cultura estratégica comum. A realização de exercícios reais num quadro da UE, com a participação gradual da Capacidade Militar de Planeamento e Condução, determinará, em particular, a capacidade de projeção rápida da UE e, de um modo mais geral, reforçará a nossa posição, a nossa comunicação estratégica e a interoperabilidade, inclusive com os parceiros.

A agressão militar da Rússia contra a Ucrânia confirmou a necessidade urgente de reforçar substancialmente a **mobilidade militar** das nossas forças armadas dentro e fora da União. Reforçaremos as infraestruturas de transportes de dupla utilização em toda a rede transeuropeia de transportes, a fim de promover a movimentação rápida e sem descontinuidades de pessoal, material e equipamento militar para projeções operacionais e exercícios, trabalhando em estreita cooperação com a OTAN e outros parceiros. Chegaremos a acordo quanto a novos compromissos para acelerar e harmonizar os procedimentos transfronteiriços, identificar formas de apoiar movimentações em grande escala com pouca antecedência, investir na digitalização das nossas forças armadas e desenvolver capacidades de ponta e eficientes do ponto de vista energético que garantam que possamos reagir rapidamente e operar em ambientes não permissivos, tendo em conta os requisitos constitucionais de certos Estados Membros. Associaremos ainda o nosso trabalho em matéria de mobilidade militar a exercícios teóricos de simulação e a exercícios reais das forças armadas dos Estados-Membros.

Objetivos

Pretendemos vir a ser um interveniente mais assertivo em matéria de segurança e defesa, propiciando uma ação mais firme, rápida e decisiva, nomeadamente a favor da resiliência da União e da nossa assistência mútua e solidariedade. O planeamento antecipado será tido por norma e as estruturas de comando e controlo existentes serão reforçadas. Ficaremos mais bem preparados se realizarmos exercícios reais e seguirmos uma abordagem mais integrada das crises.

Agir

- Até 2025, estará plenamente operacional uma **capacidade de projeção rápida da UE** que permitirá a rápida mobilização de uma força modular com um máximo de 5000 militares num ambiente não permissivo. Para o efeito, chegaremos a acordo sobre cenários operacionais em 2022. A partir de 2023, a realização de exercícios regulares reais contribuirá para a prontidão e a interoperabilidade.
- Até 2023, tomaremos decisões a respeito de modalidades práticas para a aplicação do **artigo 44.º do Tratado da União Europeia**, para que um grupo de Estados-Membros interessados e aptos possa planear e realizar missões ou operações no quadro da UE e sob supervisão política do Conselho.
- Em 2025, a **Capacidade Militar de Planeamento e Condução** estará em condições de planear e conduzir todas as missões militares não executivas e duas operações executivas de pequena ou média escala, bem como exercícios reais. Uma vez atingido este objetivo, trabalharemos também, numa próxima etapa, para alargar ainda mais a nossa capacidade de planear e realizar mais missões não executivas e operações executivas.
- Continuaremos a **reforçar as nossas missões e operações civis e militares da PCSD**. Como primeiro passo, até meados de 2022, continuaremos a adaptar o nosso atual modelo de missões militares para aumentar a sua eficácia no terreno. Estudaremos também formas de reforçar as nossas duas operações navais. Simultaneamente, exploraremos outras possibilidades de prestar aconselhamento direcionado à organização da segurança e defesa dos países parceiros.
- Reforçaremos o **apoio mútuo entre as missões e operações da PCSD e as missões e operações *ad hoc* lideradas pela Europa**, em conformidade com os respetivos mandatos. Até ao final de 2022, numa primeira fase, estabeleceremos ligações no teatro de operações, por exemplo, entre a EUNAVFOR Atalanta e a Missão Europeia de Sensibilização Marítima no estreito de Ormuz, bem como no Sael.
- Com base na experiência do conceito de **presenças marítimas coordenadas** no Golfo da Guiné e no seu alargamento ao noroeste do Oceano Índico, a partir do segundo semestre de 2022 consideraremos outras zonas marítimas de interesse.
- Até 2023, chegaremos a acordo sobre um conceito militar para as **operações de segurança aérea**, incluindo missões de apoio aéreo, de salvamento e evacuação, de vigilância e de assistência em caso de catástrofe.

- Até meados de 2023, adotaremos um novo **Pacto sobre a Vertente Civil da PCSD**, que aumentará ainda mais a eficácia das nossas missões e ajudará a desenvolver as capacidades civis necessárias. Continuaremos também a reforçar a cooperação entre os agentes competentes da UE e dos Estados-Membros no domínio da justiça e dos assuntos internos e a PCSD. Seremos capazes de destacar uma **missão civil da PCSD** composta por 200 peritos totalmente equipados no prazo de 30 dias, inclusive para ambientes complexos.
- Integraremos sistematicamente uma **perspetiva de direitos humanos e de género** em todas as ações civis e militares da PCSD e aumentaremos o número de mulheres em todas as funções, inclusive em cargos de liderança. Até 2023, reforçaremos a nossa rede de conselheiros em matéria de direitos humanos e questões de género nas nossas missões e operações da PCSD.

Preparar

- Continuaremos a realizar exercícios regulares para reforçar a nossa **assistência mútua** em caso de agressão armada, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 7, do Tratado da União Europeia. Serão também realizados ciberexercícios regulares a partir de 2022.
- A partir de 2023, organizaremos regularmente **exercícios reais**, em todos os domínios, com a participação gradual da Capacidade Militar de Planeamento e Condução. Estes exercícios combinarão igualmente elementos civis com elementos militares da PCSD.
- Até 2022, chegaremos a acordo sobre um **registo do ciclo de rotatividade de tropas** para as missões e operações militares da PCSD e reforçaremos a deteção precoce do estado das forças políticas para as missões e operações civis e militares da PCSD.
- Até 2023, tendo igualmente em conta as propostas relativas à capacidade de projeção rápida da UE, reavaliaremos o âmbito e a definição de **custos comuns** para reforçar a solidariedade e estimular a participação em missões e operações militares, bem como os custos associados aos exercícios.
- Até ao final de 2022, assumiremos novos compromissos com o objetivo de reforçar e investir substancialmente na **mobilidade militar** e definiremos um ambicioso plano de ação revisto. Tal incluirá novas ações em domínios como a digitalização, o aumento da ciber-resiliência das infraestruturas de transporte e dos seus sistemas de apoio, bem como a utilização da inteligência artificial e do transporte aéreo e marítimo para melhorar a mobilidade militar dentro e fora da UE. No futuro, continuaremos a aumentar e a mobilizar o investimento na mobilidade militar¹.
 - Aceleraremos de imediato a execução dos projetos de infraestruturas de transportes de dupla utilização, nomeadamente concentrando no início do período o orçamento para a mobilidade militar no quadro do Plano de Ação para a Mobilidade Militar e do Mecanismo Interligar a Europa.
 - Até ao final de 2022, lançaremos uma análise da capacidade das infraestruturas de transportes da UE para apoiar movimentações em grande escala com pouca antecedência.
 - Até 2025, concluiremos a melhoria e a harmonização dos procedimentos transfronteiriços.

¹ Tal será feito sem prejuízo do próximo quadro financeiro plurianual da UE.

3. GARANTIR A SEGURANÇA

Temos de nos preparar da melhor forma para os desafios que rapidamente vão surgindo. Os nossos concorrentes estratégicos têm-nos na mira através de um amplo conjunto de instrumentos, e estão a testar a nossa **resiliência** com o objetivo de diminuir a nossa **segurança** e comprometer ativamente o nosso acesso seguro aos domínios marítimo, aéreo, do ciberespaço e do espaço. Estamos cada vez mais confrontados com ameaças de natureza híbrida. Além disso, as ameaças transnacionais, como o terrorismo e a proliferação de armas, continuam a ser um desafio constante. Temos de reforçar significativamente a nossa resiliência melhorando a antecipação, a deteção e a resposta a essas ameaças. A revisão periódica e estruturada da nossa análise das ameaças ajudará neste sentido, mas é apenas um dos fatores.

Reforçar o nosso alerta precoce, o nosso quadro das informações e a segurança das nossas comunicações

Investiremos mais em análises partilhadas para aumentar o nosso **conhecimento situacional** e a nossa **prospetiva estratégica**, com base no nosso sistema de alerta rápido e no mecanismo de análise prospetiva. Reforçaremos o nosso conhecimento situacional com base nas informações e as capacidades pertinentes da UE, nomeadamente no quadro da **Capacidade Única de Análise de Informações da UE**, bem como do Centro de Satélites da UE, o que nos aproximará de uma **cultura estratégica comum** e contribuirá para a credibilidade da UE enquanto interveniente estratégico. Temos de manter a nossa excelência para garantir a autonomia do processo decisório da UE, inclusive com base em dados geoespaciais. Reforçaremos o papel da Capacidade Única de Análise de Informações da UE enquanto ponto de entrada único para os contributos em matéria de informações estratégicas prestados pelos serviços civis e militares de informações e segurança dos Estados-Membros. Desta forma, será facilitado o intercâmbio de informações estratégicas para responder melhor aos desafios que enfrentamos e poderemos prestar melhores serviços aos decisores das instituições da UE e dos Estados-Membros.

Uma vez que as suas instituições estão sujeitas a um número crescente de ciberataques ou tentativas de intrusão nos seus sistemas, a UE tem de reforçar a proteção dos seus processos, ativos e informações mais críticos e garantir que pode contar com informações sólidas e fiáveis e sistemas de comunicação europeus adequados. Um quadro de informações reforçado exigirá uma maior **segurança das comunicações**. Para o efeito, racionalizaremos a regulamentação em matéria de segurança e apoiaremos a abordagem comum dos Estados-Membros, das instituições, órgãos e organismos da UE, bem como das missões e operações da PCSD em matéria de proteção da informação, das infraestruturas e dos sistemas de comunicação. Para tal, serão necessários investimentos em equipamentos, infraestruturas e competências técnicas de vanguarda da Europa. Tendo por base a Estratégia da UE para a Cibersegurança, apelamos às instituições, órgãos e organismos da UE para que adotem normas e regras adicionais em matéria de informação e cibersegurança, bem como em matéria de proteção das informações classificadas e informações sensíveis não classificadas da UE, facilitando assim o intercâmbio seguro com os Estados-Membros.

Ameaças híbridas, ciberdiplomacia, manipulação da informação e ingerência estrangeiras

Reforçaremos substancialmente a nossa **resiliência** e capacidade para combater as **ameaças híbridas** e os ciberataques, bem como a manipulação da informação e ingerências estrangeiras. Os intervenientes estrangeiros, quer estatais quer não estatais, estão constantemente a aperfeiçoar e, deste modo, a reforçar as táticas, técnicas e procedimentos a que recorrem, como a instrumentalização da migração irregular, a guerra jurídica e a coerção exercida contra a nossa segurança económica e energética. Por conseguinte, a ampla gama de atuais e eventuais novos instrumentos da UE será reunida num mais vasto **conjunto de instrumentos da UE contra as ameaças híbridas**. Este conjunto de instrumentos deverá fornecer um enquadramento para uma resposta coordenada às campanhas híbridas que afetam a UE e os seus Estados-Membros e deverá incluir, por exemplo, medidas de prevenção, de cooperação e de estabilização, medidas restritivas e de recuperação, bem como reforçar a solidariedade e a assistência mútua. Os Estados-Membros podem propor a atribuição coordenada de atividades híbridas, reconhecendo que essa atribuição é uma prerrogativa nacional soberana. A nossa resposta exige a plena mobilização de todos os instrumentos civis e militares pertinentes, sempre que adequado e com base nas políticas externas e internas, devendo igualmente assentar num entendimento e numa avaliação comuns destas ameaças. Por conseguinte, reforçaremos a nossa capacidade de detetar, identificar e analisar essas ameaças e a sua origem. A este respeito, a Capacidade Única de Análise de Informações (SIAC), em especial a **célula de fusão da UE contra as ameaças híbridas**, proporcionará prospetiva e conhecimento situacional. No âmbito deste conjunto mais vasto de instrumentos da UE contra as ameaças híbridas, temos de reforçar a nossa **resiliência societal e económica** e proteger as nossas infraestruturas críticas, assim como as nossas democracias e os processos eleitorais nacionais e da UE. Criaremos igualmente a **nível da UE equipas de resposta rápida às ameaças híbridas**, adaptáveis à ameaça, tomando por base os conhecimentos especializados civis e militares setoriais pertinentes a nível nacional e da UE, a fim de ajudar os Estados-Membros, as missões e operações da PCSD e os países parceiros a combaterem as ameaças híbridas. Exploraremos sinergias e novas vias para a cooperação com a OTAN no domínio da luta contra as ameaças híbridas.

Temos também de ser capazes de reagir com rapidez e determinação aos ciberataques, tais como as ciberatividades mal intencionadas patrocinadas por Estados e dirigidas a infraestruturas críticas e os ataques com programas sequestradores. Para o efeito, reforçaremos a nossa capacidade para identificar e analisar os ciberataques de forma coordenada. Reforçaremos o **conjunto de instrumentos de ciberdiplomacia da UE** e utilizaremos plenamente todos os seus instrumentos, inclusive as medidas preventivas e medidas restritivas contra agentes externos que pratiquem ciberatividades mal intencionadas contra a União e os seus Estados-Membros. Contribuiremos para a Ciberunidade Conjunta da UE, a fim de reforçar o conhecimento situacional comum e a cooperação entre as instituições da UE e os Estados-Membros.

Reagiremos com firmeza à manipulação da informação e à ingerência estrangeiras, tal como fizemos através da nossa atuação decisiva e coordenada contra a campanha de desinformação da Rússia no contexto da sua agressão militar contra a Ucrânia. Continuaremos a fazê-lo em total coerência com as políticas internas da UE, criando um entendimento comum das ameaças, bem como desenvolvendo uma série de instrumentos para detetar, analisar e combater eficazmente essas ameaças e impor penalizações aos autores dessas atividades. A fim de aumentar a nossa resiliência societal, reforçaremos também o acesso a informações credíveis e a mídia livres e independentes em toda a União. Para o efeito, e conforme solicitado no Plano de Ação para a Democracia Europeia, desenvolveremos o **conjunto de instrumentos da UE para reagir e combater a manipulação da informação e ingerência estrangeiras**, nomeadamente nas nossas missões e operações da PCSD. O referido plano de ação reforçará as nossas opções de resposta, as nossas capacidades de resiliência e a cooperação, tanto na UE como em apoio aos países parceiros, e melhorará o conhecimento situacional através do Sistema de Alerta Rápido. Levaremos igualmente por diante o mecanismo operacional conjunto para os processos eleitorais e a eventual designação das infraestruturas eleitorais como infraestruturas críticas. Continuaremos a trabalhar com parceiros que partilham das mesmas ideias, como a OTAN, o G7, bem como a sociedade civil e o setor privado, e intensificaremos os nossos esforços no âmbito das Nações Unidas.

Garantir o nosso acesso a domínios estratégicos

Continuaremos a desenvolver o **quadro estratégico da UE para a ciberdefesa**, a fim de detetar e evitar os ciberataques e de nos protegemos e defendermos de tais ataques. Este quadro impulsionará a investigação e a inovação, estimulará a base industrial da UE e promoverá a educação e a formação para garantir que estejamos prontos a agir. Intensificará a cooperação entre os intervenientes da UE e dos Estados-Membros no domínio da ciberdefesa e desenvolverá mecanismos de mobilização de capacidades a nível da UE, nomeadamente no contexto das missões e operações da PCSD. Reforçará igualmente a cooperação com parceiros que partilham das mesmas ideias no domínio da ciberdefesa, nomeadamente a OTAN. A nova **legislação relativa à ciber-resiliência** europeia reforçará a nossa abordagem comum em matéria de ciberinfraestruturas e de cibernormas. Trabalharemos no sentido de criar uma infraestrutura europeia de centros de operações de segurança.

Em consonância com a Estratégia da UE para a Cibersegurança de 2020, consolidaremos a **postura da União no ciberespaço**, aumentando a nossa capacidade para prevenir ciberataques mediante o reforço e desenvolvimento das capacidades, a formação, os exercícios, o reforço da resiliência e utilizando todas as ferramentas disponíveis na UE para dar uma resposta firme aos ciberataques contra a União, as suas instituições e os seus Estados-Membros. Voltaremos a assinalar a nossa determinação em dar respostas imediatas e a longo prazo aos perpetradores das ameaças que procuram impedir o acesso seguro e aberto da UE e dos seus parceiros ao ciberespaço. Apoiaremos os nossos parceiros no reforço da sua ciber-resiliência e, em caso de ciber crise, mobilizaremos peritos da UE e dos Estados-Membros para prestar apoio. Com a realização de exercícios regulares no domínio cibernético, contribuiremos para aumentar ainda mais a solidariedade e a assistência mútua. Reforçaremos as nossas **capacidades de ciberinformações** para aumentar a ciber-resiliência, prestando também um apoio eficaz às missões e operações civis e militares da PCSD, bem como às nossas forças armadas. Aumentaremos a interoperabilidade e a partilha de informações através da cooperação entre equipas militares de resposta a emergências informáticas (CERT mil), bem como na realização de ciberoperações defensivas. Reconhecemos que o reforço da nossa cibersegurança é uma forma de aumentar a eficácia e a segurança dos nossos esforços em terra, no ar, no mar e no espaço exterior.

A nossa liberdade de ação depende da segurança e autonomia do acesso ao **domínio espacial**. Temos de estar preparados para um ambiente espacial mais competitivo e mais disputado. Devido à nossa crescente dependência de sistemas e serviços espaciais, estamos mais vulneráveis a comportamentos irresponsáveis e ameaçadores por parte de concorrentes estratégicos. O número crescente de objetos em órbita e de detritos espaciais está também a aumentar os riscos e as tensões. O Programa Espacial da UE e outras infraestruturas espaciais da União e dos seus Estados-Membros contribuem para a nossa resiliência. Oferecem serviços essenciais que substituem ou complementam as infraestruturas terrestres de observação da Terra, navegação por satélite ou telecomunicações. Os sistemas espaciais da UE deverão oferecer conectividade mundial aos intervenientes no domínio da segurança e da defesa. Para o efeito, trabalharemos na proposta de um sistema de comunicação mundial seguro da UE baseado no espaço, nomeadamente através do Programa de Conectividade Segura da União para 2023-2027.

Uma vez que os recursos espaciais da UE estão sob controlo civil e perante a importância do Programa Espacial da UE, é urgente complementar a atual estratégia espacial e reforçar as dimensões de segurança e defesa da União no espaço. Uma nova **estratégia espacial da UE para a segurança e a defesa** ajudar-nos-á a formar um entendimento comum dos riscos e ameaças relacionados com o espaço, a desenvolver respostas e capacidades adequadas para reagir melhor e com maior celeridade às crises, a reforçar a nossa resiliência e a tirar pleno partido das vantagens e oportunidades associadas ao domínio espacial. Essa estratégia deve abranger, por exemplo, as dimensões política, operacional, diplomática e de governação.

Continuaremos a investir no **conhecimento da situação no espaço** para melhor compreender e reduzir os riscos, as ameaças e as vulnerabilidades espaciais. Reforçaremos a inovação de dupla utilização e investiremos no desenvolvimento de capacidades para que a Europa possa beneficiar de um acesso autónomo ao espaço. Protegeremos as cadeias de abastecimento do setor do espaço e investiremos em tecnologias espaciais críticas em coordenação com a Agência Europeia de Defesa e a Agência Espacial Europeia. Reforçaremos igualmente a resiliência das cadeias de abastecimento europeias conexas, a fim de assegurar a integridade, a segurança e as operações das infraestruturas espaciais. Colaboraremos de forma estreita com os parceiros para reduzir as ameaças, em consonância com os esforços em curso no âmbito das Nações Unidas para desenvolver normas, regras e princípios de comportamento responsável no espaço exterior. Trabalharemos no sentido de uma abordagem comum da UE em matéria de gestão do tráfego espacial, com base na comunicação conjunta da Comissão e do alto representante. Realizaremos exercícios para testar a resiliência dos nossos recursos espaciais e identificaremos os meios necessários para fazer face às vulnerabilidades, de forma a reagir com rapidez e firmeza a ameaças relacionadas com o espaço em caso de emergência ou de crise. Para além da validação do mecanismo Galileo de resposta às ameaças, iremos alargá-lo a outras componentes do Programa Espacial da UE. Pretendemos também reforçar ainda mais a solidariedade, a assistência mútua e a resposta a situações de crise em caso de ataques com origem no espaço ou de ameaças a recursos espaciais, nomeadamente através de exercícios.

O **setor aéreo** é fundamental para proteger os nossos territórios e populações, bem como para o comércio e as viagens internacionais. Os intervenientes estatais e não estatais estão a pôr em causa a nossa segurança, tanto no território da UE como fora dele, por exemplo, com o desvio de aviões civis e com a crescente utilização de drones e de novas tecnologias. As capacidades militares avançadas, como os veículos aéreos não tripulados, as defesas aéreas de médio e longo alcance e as aeronaves modernas estão a proliferar a nível mundial e põem cada vez mais em causa a utilização segura e sem restrições do espaço aéreo. O acesso livre e seguro ao espaço aéreo está também a ser ameaçado pelas estratégias antiacesso e de negação de área dos nossos concorrentes, nomeadamente na nossa vizinhança. Em estreita cooperação com as partes interessadas da aviação civil pertinentes, bem como com a OTAN, avançaremos com uma reflexão estratégica para preservar o nosso incontestável acesso ao espaço aéreo.

Com base numa atualização da Estratégia de Segurança Marítima da UE e no respetivo plano de ação, continuaremos a investir na nossa **segurança marítima** e na nossa presença mundial, garantindo assim o livre acesso ao alto mar e às rotas marítimas de comunicação, bem como o respeito pelo direito internacional do mar. Os atos ilegais provocatórios praticados no mar, as atividades criminosas como a pirataria, o tráfico, os diferendos sobre zonas marítimas e as reivindicações excessivas, a recusa de acesso e as ameaças híbridas comprometem a nossa segurança marítima. A fim de proteger os nossos interesses marítimos e as nossas infraestruturas marítimas críticas, nomeadamente nos nossos fundos marinhos, reforçaremos a nossa capacidade de recolher e fornecer dados e informações exatos para aumentar o conhecimento situacional, inclusive através da partilha de informações entre intervenientes civis e militares. Para o efeito, continuaremos a desenvolver soluções conjuntas a nível operacional, tecnológico e de capacidades, nomeadamente utilizando da melhor forma o quadro da cooperação estruturada permanente. Continuaremos a desenvolver o mecanismo de **presenças marítimas coordenadas**, bem como a reforçar as interações e a coordenação entre as nossas operações navais da PCSD e os intervenientes pertinentes. Para aumentar a nossa prontidão e resiliência marítimas, organizaremos exercícios navais regulares com as marinhas e guardas costeiras dos Estados-Membros. Tiraremos também pleno partido da nossa política de parceria no domínio marítimo, por exemplo através de escalas portuárias, de formação e de exercícios, bem como do reforço das capacidades.

Combate ao terrorismo

Reforçaremos a nossa resposta para melhor **prevenir e combater o terrorismo**. Usando os nossos instrumentos da PCSD, bem como outros instrumentos, apoiaremos os países parceiros, nomeadamente através do diálogo diplomático e político, de esforços de estabilização, de programas de prevenção e luta contra o extremismo violento e da cooperação no domínio do Estado de direito, promovendo, em simultâneo, o pleno respeito dos direitos humanos e do direito internacional. Intensificaremos o nosso diálogo com parceiros estratégicos, incluindo a ONU e outras instâncias multilaterais, como o Fórum Mundial contra o Terrorismo e a coligação internacional contra o Daexe. Faremos também frente aos novos desenvolvimentos, como a utilização de novas tecnologias para o financiamento do terrorismo e a difusão de conteúdos terroristas em linha. Reforçaremos ainda mais a nossa rede de peritos antiterrorismo nas delegações da UE.

Promoção do desarmamento, da não proliferação e do controlo de armamento

Defenderemos, apoiaremos e faremos avançar o quadro de **desarmamento, não proliferação e controlo de armamento**. Continuaremos a apoiar a importância central do Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares e a salientar a importância de cumprir todas as obrigações dele decorrentes, bem como os compromissos assumidos em anteriores Conferências de Análise, incluindo a necessidade de realizar progressos concretos no sentido da plena aplicação do artigo VI, com o objetivo último de eliminar totalmente as armas nucleares. Estamos determinados a construir um mundo mais seguro para todos, em conformidade com os objetivos do Tratado, de uma forma que promova a estabilidade, a paz e a segurança internacionais. Temos de aumentar as nossas capacidades para controlar as transferências imateriais, nomeadamente de conhecimentos científicos, caso seja necessário. Tal implica proteger e reforçar os regimes de controlo das exportações em vigor. Confrontada com novos desafios decorrentes das novas tecnologias, a UE continua empenhada em preservar a arquitetura de desarmamento, não proliferação e controlo de armamento. Para o efeito, é também essencial uma abordagem coordenada com os parceiros.

No que diz respeito ao controlo de armamento, a UE e os seus Estados-Membros intensificarão os intercâmbios e os esforços para desenvolver possíveis soluções de controlo de armamento, tendo em conta os seus interesses de segurança e em estreita coordenação com os parceiros, nomeadamente os Estados Unidos e a OTAN. Prosseguiremos os trabalhos sobre esta matéria. Continuaremos a apelar à redução dos arsenais dos Estados com maiores arsenais nucleares através de acordos sucedentes ao novo START, incluindo armas nucleares estratégicas e não estratégicas posicionadas, bem como a novos debates sobre medidas geradoras de confiança, verificação, transparência das doutrinas nucleares e medidas estratégicas de redução dos riscos.

Reforçar a resiliência às alterações climáticas, às catástrofes e às situações de emergência

As alterações climáticas e a degradação ambiental não são apenas ameaças em si mesmas, mas também fatores potenciadores de riscos. O aquecimento global provoca **fenómenos meteorológicos e catástrofes naturais mais frequentes e extremos**, bem como a degradação dos ecossistemas em todo o mundo, o que aumenta a vulnerabilidade e a exposição. Esta situação aumenta o potencial de instabilidade social, económica e política e de conflito em países frágeis. As alterações climáticas e a degradação ambiental têm repercussões a nível das principais infraestruturas energéticas, das atividades agrícolas e da escassez de recursos naturais, tornando as desigualdades sociais existentes mais profundas e expondo as comunidades vulneráveis a novos tipos de riscos. Por conseguinte, tem também consequências diretas na nossa segurança e defesa. A transição para economias com impacto neutro no clima pode ter impactos sociais, económicos e políticos suscetíveis de exacerbar situações já propensas a conflitos. Continuamos a avaliar os diferentes efeitos das alterações climáticas e da degradação ambiental sobre a segurança mundial e regional, bem como sobre as nossas forças armadas e as nossas missões e operações da PCSD. Adaptaremos o setor da segurança e defesa da União e os nossos compromissos no âmbito da PCSD e aumentaremos a eficiência energética e dos recursos, nomeadamente no que respeita à pegada ambiental das nossas missões e operações da PCSD, em consonância com o objetivo da União de alcançar a neutralidade climática até 2050 no âmbito do Pacto Ecológico Europeu, sem reduzir a eficácia operacional. Para o efeito, reforçaremos o papel da tecnologia ecológica e da digitalização sustentável nas forças armadas e no setor da defesa em geral. Integraremos também as alterações climáticas e as considerações ambientais em todas as nossas missões e operações civis e militares do âmbito da PCSD. Além disso, reforçaremos as nossas capacidades de análise e sistemas de alerta precoce no que respeita aos desafios específicos em matéria de segurança desencadeados pelas alterações climáticas e a transição mundial para uma economia circular com impacto neutro no clima e eficiente na utilização dos recursos.

É essencial uma abordagem integrada que dê resposta a crises graves. A pandemia de COVID-19, bem como a crise no Afeganistão, sublinharam a importância de desenvolver uma maior capacidade de **salvamento e resgate** dos nossos cidadãos de locais de risco fora das nossas fronteiras. Salientou igualmente o papel importante que as forças armadas podem desempenhar durante **crises complexas**. Os intervenientes militares dos Estados-Membros conseguem mobilizar recursos importantes para apoiar os intervenientes civis na resposta a catástrofes em domínios como a assistência logística, a assistência médica e na área da segurança e as infraestruturas. Com base nas estruturas existentes do Estado Maior da UE, como a Célula de Planeamento de Movimentos da UE, e nos mecanismos da Comissão no domínio da ajuda humanitária e da assistência em caso de catástrofe, reforçaremos as capacidades de assistência militar, bem como a eficácia da coordenação entre as autoridades civis e militares a nível nacional e da União. Tal assegurará que, em último recurso, os intervenientes militares estejam preparados para prestar assistência às autoridades civis em futuras situações de emergência e catástrofe. O Estado-Maior da UE pode também contribuir para a coordenação da assistência e do apoio logísticos aos Estados-Membros e aos países terceiros em situações de crise, bem como para a aplicação de instrumentos da UE como o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz ou, a pedido dos Estados-Membros, da cláusula de assistência mútua, em conformidade com o Tratado da União Europeia. Os mecanismos de resposta a situações de crise do SEAE, o nosso apoio consular e a segurança no terreno serão também revistos e reforçados, por forma a prestar melhor assistência aos Estados-Membros nos seus esforços de proteção e salvamento dos seus cidadãos no estrangeiro, bem como a apoiar as delegações da UE quando precisam de resgatar pessoal. Em colaboração com o Mecanismo de Proteção Civil da União, apoiaremos os esforços de assistência em caso de catástrofe civil e temos de garantir que seremos capazes de resgatar os nossos cidadãos em segurança dos locais atingidos por catástrofes de origem natural e humana. Neste contexto, iremos igualmente reforçar a coordenação com a ONU e a OTAN.

Objetivos

Temos de nos preparar da melhor forma para os desafios que rapidamente vão surgindo. Aumentaremos substancialmente a nossa resiliência. Reuniremos os nossos instrumentos para combater melhor as ameaças híbridas criando, para tal, um conjunto de instrumentos contra esse tipo de ameaças. Isso passa igualmente pelo reforço da nossa ciberdefesa e cibersegurança, bem como da nossa capacidade para impedir e combater a manipulação da informação e ingerência estrangeiras. Além disso, temos de ser capazes de garantir o nosso acesso e a nossa presença no alto mar, no espaço aéreo e no espaço exterior. O nosso objetivo é aumentar ainda mais a nossa resiliência face aos riscos relacionados com o clima e às catástrofes de origem natural e humana, procurando simultaneamente que a presença da UE no terreno seja neutra em termos climáticos. Reforçaremos igualmente a capacidade de salvamento e resgate dos nossos cidadãos de locais de risco fora das nossas fronteiras. Todos estes esforços contribuem para reforçar a nossa solidariedade e assistência mútua.

Serviços de informações e comunicações seguras

- Até ao final de 2022, a Capacidade Única de Análise de Informações irá rever a **análise das ameaças à UE** em estreita cooperação com os serviços de informações dos Estados-Membros. Essas revisões periódicas e estruturadas serão realizadas, pelo menos, de três em três anos, ou antes disso se a evolução do contexto estratégico e de segurança assim o exigir.
- Até 2025, reforçaremos a nossa **Capacidade Única de Análise de Informações**, aumentando os recursos e as capacidades. Até 2025, reforçaremos também o **Centro de Satélites da UE** para impulsionar a nossa capacidade autónoma de informação geoespacial.
- Para facilitar o intercâmbio de informações, inclusive de informações classificadas, apelamos às instituições, órgãos e organismos da UE para que adotem, em 2022, **normas e regras adicionais para garantir a cibersegurança e a segurança das informações**.

Ameaças híbridas, ciberdiplomacia, manipulação da informação e ingerência estrangeiras

- Em 2022, desenvolveremos o **conjunto de instrumentos da UE contra as ameaças híbridas**, que deverá fornecer um enquadramento para uma resposta coordenada às campanhas híbridas que afetam a UE e os seus Estados-Membros, incluindo, por exemplo, medidas de prevenção, de cooperação e de estabilização, medidas restritivas e de recuperação, e apoiar a solidariedade e a assistência mútua. Esse conjunto de instrumentos reunirá instrumentos existentes e eventuais novos instrumentos, incluindo a criação de equipas de resposta rápida da UE contra as ameaças híbridas, a fim de apoiar a os Estados-Membros, as missões e operações da PCSD e os países parceiros a combaterem as ameaças híbridas. À luz dos requisitos de base da resiliência a nível setorial da UE e da atual situação em matéria de segurança, identificaremos lacunas, necessidades e medidas para as colmatar. O manual tático da UE para a luta contra as ameaças híbridas será igualmente revisto.
- Em 2022, continuaremos a reforçar o **conjunto de instrumentos de ciberdiplomacia**, nomeadamente explorando medidas suplementares de resposta.

- Em 2022, criaremos um **conjunto de instrumentos de combate à manipulação da informação e à ingerência estrangeiras**, que reforçará a nossa capacidade de detetar, analisar e combater a ameaça, nomeadamente através da imposição de penalizações a quem pratica tais atividades. Reforçaremos ainda mais as capacidades da UE em termos de comunicação estratégica e de combate à desinformação. Até 2023, criaremos um mecanismo adequado para a recolha sistemática de dados sobre incidentes, facilitada por um espaço de dados especial, a fim de desenvolver um entendimento comum relativamente à manipulação da informação e à ingerência estrangeiras. Até 2024, todas as missões e operações da PCSD estarão inteiramente dotadas das capacidades e recursos necessários para mobilizar os dispositivos pertinentes deste conjunto de instrumentos.

Domínios estratégicos

- Em 2022, continuaremos a desenvolver o **quadro estratégico da UE para a ciberdefesa**, a fim de detetar e evitar os ciberataques e de nos protegermos e defendermos de tais ataques. Em 2022, será proposta uma nova **Diretiva Ciber-Resiliência** Europeia e prosseguirão os trabalhos sobre a **Ciberunidade Conjunta**.
- Adotaremos até ao final de 2023 uma **estratégia espacial da UE para a segurança e a defesa**. Até ao fim de 2022, começaremos com a validação do mecanismo Galileo de resposta às ameaças, que será alargado a outras componentes do programa. Até ao final de 2022, analisaremos o recurso a mecanismos de solidariedade, assistência mútua e resposta a situações de crise em caso de ataques com origem no espaço ou de ameaças a recursos espaciais. Para o efeito, realizaremos também exercícios em que será testada a solidariedade e a reação a acontecimentos e incidentes no domínio espacial, o que reforçará ainda mais a nossa abordagem estratégica comum em relação ao espaço.
- Com base numa Estratégia de Segurança Marítima da UE atualizada, continuaremos, até 2025, a desenvolver e a reforçar os mecanismos de sensibilização para a **segurança marítima** da UE, como o ambiente comum de partilha da informação (CISE) e a rede de vigilância marítima (MARSUR), a fim de promover a interoperabilidade, facilitar a tomada de decisões e apoiar a eficácia operacional. Aumentaremos ainda mais a visibilidade da nossa presença naval dentro e fora da UE, nomeadamente através de escalas portuárias, formação e exercícios, bem como do reforço das capacidades.
- Até ao final de 2022, no **setor aéreo**, avançaremos com uma reflexão estratégica para garantir um acesso europeu livre, seguro e protegido ao espaço aéreo.

Combate ao terrorismo

- Intensificaremos o nosso diálogo com os parceiros estratégicos e nas instâncias multilaterais e reforçaremos ainda mais a rede de peritos antiterrorismo nas delegações da UE. Até ao início de 2023, procederemos à revisão dos instrumentos e programas da UE que contribuem para o reforço das capacidades de luta antiterrorista dos parceiros, a fim de aumentar a sua eficácia, nomeadamente no combate ao financiamento do terrorismo.

Promoção do desarmamento, da não proliferação e do controlo de armamento

- Até 2023, reforçaremos as **ações concretas da UE de apoio aos objetivos de desarmamento, não proliferação e controlo de armas**. Em particular, aumentaremos o nosso apoio aos parceiros e ajudá-los-emos a aplicar plenamente as sanções e os procedimentos de controlo. Continuaremos a apelar à celebração de acordos sucedentes ao Novo START.

Alterações climáticas, catástrofes e emergências

- Até ao final de 2023, a fim de implementar plenamente o **Roteiro para as alterações climáticas e a defesa**, os Estados-Membros desenvolverão estratégias nacionais para preparar as forças armadas para as alterações climáticas. Até 2025, será adstrito um conselheiro ambiental a todas as missões e operações da PCSD e estas apresentarão um relatório sobre a sua pegada ambiental.
- Aumentaremos a **capacidade das forças armadas dos Estados-Membros para apoiar as autoridades civis** em situações de emergência, nas fases tanto de planeamento como de execução, melhorando simultaneamente a coordenação entre as autoridades civis e militares a todos os níveis. Tal incluirá exercícios reais e conjuntos que abranjam cenários relacionados com a assistência em caso de catástrofe, bem como da ajuda humanitária em conformidade com os princípios humanitários. Até 2023, reforçaremos as **estruturas de resposta a situações de crise do SEAE**, nomeadamente a **Sala de Situação**, para aumentar a nossa capacidade de resposta a emergências complexas, tais como operações de resgate e salvamento no estrangeiro, em estreita cooperação com o Centro de Coordenação de Resposta de Emergência.

4. INVESTIR

Em consonância com a agenda de Versalhes, tendo em conta os desafios com que nos defrontamos e para proteger melhor os nossos cidadãos, e reconhecendo ao mesmo tempo o carácter específico da política de segurança e defesa de determinados Estados-Membros, temos de, resolutamente, investir mais e melhor em capacidades de defesa e em tecnologias inovadoras, tanto a nível da UE como a nível nacional. Precisamos de reforçar as nossas capacidades de defesa e equipar as nossas forças militares para os desafios do mundo que se nos deparam. Temos de ser mais ousados e mais rápidos a colmatar **lacunas críticas em termos de capacidades**, a superar a fragmentação, a alcançar a plena interoperabilidade das nossas forças e a reforçar uma base tecnológica e industrial de defesa europeia resiliente, competitiva e inovadora em toda a União, que também garanta a participação transfronteiras das pequenas e médias empresas. Reconhecemos que investir mais no desenvolvimento colaborativo de capacidades assegura uma maior eficiência mediante o aumento das economias de escala e uma maior eficácia de ação. Esse investimento acrescido beneficia igualmente os inovadores e fabricantes europeus. Alcançar a soberania tecnológica em alguns domínios das tecnologias críticas, atenuar as **dependências estratégicas** noutros e reduzir a vulnerabilidade das nossas cadeias de valor são fatores fundamentais para fazer face aos desafios de um mundo mais perigoso e para sermos mais resilientes. A cooperação baseada na reciprocidade com parceiros de todo o mundo que partilham das mesmas ideias é essencial para reforçar a resiliência e a segurança do aprovisionamento da UE, reduzindo simultaneamente as dependências estratégicas e aumentando os benefícios mútuos.

Orientações estratégicas

Em consonância com os compromissos já assumidos no âmbito da CEP e tendo em conta os desafios estratégicos que enfrentamos, é urgente **gastar mais e melhor**. Assim, aumentaremos substancialmente as despesas no setor da defesa, com uma parte significativa consagrada ao investimento, centrado nas insuficiências estratégicas identificadas. Garantiremos uma abordagem europeia coordenada e colaborativa em relação a esse aumento das despesas a nível dos Estados-Membros e da UE, a fim de maximizar os resultados, aumentar a interoperabilidade e tirar pleno partido das economias de escala. Para o efeito, definiremos orientações estratégicas sobre os recursos necessários para ir ao encontro das nossas necessidades de segurança e sobre a plena utilização dos instrumentos da UE para incentivar investimentos colaborativos no domínio da defesa.

Em consonância com o nível de ambição por nós acordado, trabalharemos em conjunto para adaptar rapidamente as nossas forças militares e capacidades civis, de modo a que sejam capazes de agir rapidamente, de contribuir para defender os nossos interesses e valores, de reforçar a nossa resiliência e de proteger a União e os seus cidadãos. Para o efeito, continuaremos a desenvolver **forças que cubram todo o espectro** e que sejam **ágeis e móveis, interoperáveis, avançadas do ponto de vista tecnológico, eficientes no plano energético e resilientes**. Em conformidade com o princípio da reserva única de forças, estas forças permanecem nas mãos dos Estados-Membros e podem também ser projetadas noutros enquadramentos.

Vamos adaptar o **planeamento e desenvolvimento das capacidades de defesa** da UE, nomeadamente através da revisão dos **cenários** de planeamento de capacidades do Objetivo Global a fim de melhor refletir as realidades operacionais, a prospetiva estratégica e de fornecer as capacidades necessárias às missões e operações da PCSD. Entre os referidos cenários contam-se a projeção militar rápida num ambiente não permissivo, bem como a resposta a ameaças híbridas, a garantia de acesso seguro a domínios estratégicos – por exemplo, o alto-mar, o espaço aéreo, o espaço e o ciberespaço – e a prestação de assistência militar às autoridades civis. Vamos especificar com mais pormenor os elementos de planeamento estratégico, como o tempo de resposta, a duração, o ambiente, a distância e a simultaneidade das operações, necessários para adaptar os cenários de planeamento de capacidades. Os resultados do processo do Objetivo Global continuarão a dar um contributo fundamental para um Plano de Desenvolvimento de Capacidades que abranja as futuras tendências em matéria de capacidades de defesa e as perspetivas tecnológicas.

Temos de assegurar que todas as iniciativas da UE em matéria de defesa e todos os instrumentos de planeamento e desenvolvimento de capacidades sejam integrados no **planeamento nacional da defesa**. Continuaremos a assegurar a coerência dos resultados destes processos com os dos processos da OTAN correspondentes. o que reforçará a prontidão, a robustez e a interoperabilidade da nossa reserva única de forças.

A fim de aumentar a eficácia das nossas missões civis da PCSD, desenvolveremos um processo de capacidades e competências civis para melhor estruturar e responder coletivamente às necessidades das missões civis da PCSD, com base em cenários que também deem resposta às novas ameaças. A criação do **entreposto estratégico** e da **plataforma de apoio às missões** contribuiu para a nossa capacidade de fornecer equipamento e serviços para as missões civis da PCSD. Para além de assegurar a disponibilidade de pessoal de elevada qualidade e com formação adequada, garantiremos que o equipamento necessário possa ser fornecido às missões civis ainda mais rapidamente, incluindo o equipamento que permite às missões operarem em ambientes menos permissivos.

Capacidades coerentes e ambiciosas

Num quadro bilateral ou multilateral, vários Estados-Membros optaram pelo desenvolvimento de **projetos fundamentais de capacidades estratégicas**, como sejam sistemas de aeronaves da próxima geração, um Eurodrone, uma nova classe de um navio militar europeu e um sistema de combate terrestre principal. Estas medidas farão uma perceptível diferença a nível da segurança e da defesa europeias no futuro e conduzirão a uma convergência ao longo do tempo. Nesse sentido, será fundamental que se apliquem as recomendações acordadas no âmbito da análise anual coordenada da defesa.

Para além de investir na inovação e em capacidades futuras, temos de tirar melhor partido do desenvolvimento colaborativo de capacidades e congregar esforços, nomeadamente explorando a especialização dos Estados-Membros em determinadas tarefas. Tiraremos partido de exemplos de sucesso, como a frota multinacional europeia de aviões multifunções de reabastecimento aéreo e transporte.

No quadro da UE e, nomeadamente, através da cooperação estruturada permanente e do Fundo Europeu de Defesa, estamos já a desenvolver sistemas de comando e controlo, viaturas blindadas, sistemas de mísseis e artilharia, corvetas de patrulha, sistemas aéreos e marítimos não tripulados, capacidades de guerra eletrónica, a vigilância espacial, respostas rápidas a ciberataques e sistemas de formação de alta tecnologia. Investiremos ainda mais em **facilitadores de força** e, de um modo mais geral, nas capacidades necessárias para realizar toda a gama das missões e operações, tal como estabelecido no nível de ambição por nós acordado. Redobramos de esforços para reduzir as insuficiências críticas de capacidades que se registam em certos domínios, como no transporte aéreo estratégico, nos recursos de conectividade e comunicação baseadas no espaço, nas capacidades anfíbias, nos meios médicos, nas capacidades de ciberdefesa, nas capacidades de informação, vigilância e reconhecimento e nos sistemas de aeronaves telepiloadas.

Temos de reduzir a fragmentação e desenvolver as capacidades da próxima geração. Com este objetivo, comprometemo-nos a levar por diante as recomendações do primeiro relatório da **análise anual coordenada da defesa** (publicado em 2020), incluindo os seis domínios de ação no plano das capacidades que aí foram acordados, que beneficiariam de uma cooperação reforçada em matéria de defesa entre os Estados-Membros. Estes domínios são: o tanque principal de combate, os equipamentos para soldados, o navio patrulha de superfície europeu, as capacidades Antiacesso/Negação de Área e sistemas antiaeronaves não tripuladas, a defesa no espaço e a mobilidade militar reforçada.

De modo a agir rapidamente e proteger os nossos cidadãos, trabalharemos em conjunto para colmatar lacunas críticas. Tiraremos pleno partido da cooperação estruturada permanente e do Fundo Europeu de Defesa para desenvolver sistemas de topo de gama interoperáveis e tecnologias avançadas. Comprometemo-nos a desenvolver as capacidades estratégicas a seguir enunciadas por meio de projetos de colaboração, em especial:

- No **domínio terrestre**, será fundamental a capacidade da União para conduzir operações de gestão de crises e assegurar a sua vantagem tecnológica no terreno, inclusive no contexto de ameaças de alta intensidade. Será estabelecido um polo de capacidades em terra que conduzirá à atualização, modernização e progressiva substituição das principais plataformas atuais e dos sistemas logísticos correspondentes. Os domínios prioritários dos equipamentos para soldados e do tanque principal de combate contribuirão de forma determinante para estes esforços.
- No **domínio marítimo**, para garantir uma presença mais assertiva da União no mar, bem como a sua capacidade de projetar poder, são necessárias plataformas navais de topo de gama, incluindo plataformas não tripuladas para controlo submarino e de superfície. O domínio prioritário do navio patrulha de superfície europeu constituirá um passo importante neste sentido.
- No **setor aéreo**, o estabelecimento e a manutenção das nossas vantagens nesse domínio exigem o desenvolvimento de capacidades da próxima geração e totalmente interoperáveis, nomeadamente os sistemas de combate do futuro, bem como de sistemas de defesa aérea. Integraremos progressivamente e de forma interoperável os futuros sistemas de combate previstos, incluindo os sistemas de aeronaves telepiloadas, nas frotas existentes de sistemas aéreos de combate. É igualmente necessário prosseguir os esforços em matéria de facilitadores essenciais, nomeadamente no que respeita à capacidade de transporte aéreo estratégico. O domínio prioritário das capacidades Antiacesso/Negação de Área e sistemas antiaeronaves não tripuladas contribui para a dimensão de defesa aérea destes esforços.
- No **domínio espacial**, desenvolveremos novos sensores e plataformas recorrendo a tecnologias de ponta que permitam à União e aos seus Estados-Membros melhorar o seu acesso ao espaço e proteger os seus recursos espaciais. Tal implica, nomeadamente, o desenvolvimento da observação espacial da Terra, bem como de tecnologias para o conhecimento da situação no espaço e de serviços de comunicação e navegação baseados no espaço, que são fundamentais para assegurar a independência da tomada de decisões. O domínio prioritário da defesa no espaço representa um primeiro passo nesse sentido.
- No **domínio cibernético**, as nossas forças têm de funcionar de forma coordenada, informada e eficiente. Por conseguinte, desenvolveremos e utilizaremos intensivamente novas tecnologias, nomeadamente nos domínios da computação quântica, da inteligência artificial e dos megadados, a fim de obter vantagens comparativas, inclusive em termos de operações de ciber-resposta e de superioridade informacional. A ciberdefesa é fundamental para assegurar que o domínio prioritário da mobilidade militar reforçada explora plenamente as suas potencialidades, enquanto facilitador essencial.

Comprometemo-nos a intensificar a nossa cooperação em matéria de desenvolvimento de capacidades, em especial através da **cooperação estruturada permanente**. Concretamente, isto significa que, até 2025, os Estados-Membros que participam na cooperação estruturada permanente têm de cumprir todos os compromissos mais vinculativos que tiverem assumido. Em 2025, um terço de 60 projetos de cooperação estruturada permanente em curso proporcionarão a capacidade esperada e alcançarão os seus objetivos. Para além destes resultados concretos, o nosso objetivo é ir mais longe, implementando as prioridades acordadas em matéria de capacidades e desenvolvendo novos projetos ambiciosos. Analisaremos atentamente o cumprimento destes compromissos, a fim de poder chegar a acordo a respeito de novos compromissos em 2025 para assim aprofundar ainda mais a cooperação no domínio da defesa.

O reforço significativo dos instrumentos de financiamento da UE, em especial o **Fundo Europeu de Defesa**, e o aproveitamento de todo o seu potencial são fundamentais para reforçar as nossas capacidades de defesa e também para equipar as forças dos Estados-Membros para enfrentarem os futuros campos de batalha. Impulsionaremos ainda mais a cooperação e as capacidades para que a cooperação industrial no domínio da defesa na UE se torne a regra. Tal permitirá maximizar o potencial dos instrumentos financeiros da UE de âmbito mais vasto para apoiar a cooperação dos Estados-Membros no domínio da defesa, desde a conceção até à aquisição. Isto significa também que devemos estar preparados para fazer corresponder a maior ambição a nível da União ao peso financeiro adequado a longo prazo do Fundo Europeu de Defesa. Aumentaremos e estimularemos o investimento colaborativo no domínio da defesa a nível da UE, incluindo a investigação e a tecnologia. Exploraremos plenamente o potencial das sinergias com outros instrumentos financeiros da UE, como o Horizonte Europa, o Programa Europa Digital, o Mecanismo Interligar a Europa, o Programa Espacial da UE, o Conselho Europeu da Inovação e o InvestEU. A fim de reforçar a competitividade da indústria de defesa da UE, trabalharemos no sentido de continuar a incentivar a aquisição conjunta de capacidades de defesa que sejam desenvolvidas de uma forma colaborativa na UE, pelo que será necessário prosseguir os trabalhos sobre as propostas da Comissão, nomeadamente no tocante a uma isenção de IVA, novas soluções de financiamento e ao eventual reforço do sistema de bónus do FED.

Faremos avançar também os trabalhos em curso com vista à racionalização e a uma convergência ainda maior e gradual das nossas práticas de controlo das exportações de armas para as capacidades de defesa desenvolvidas conjuntamente, em particular num quadro da UE, assegurando assim que os produtos financiados pelo Fundo Europeu de Defesa beneficiem de um acesso adequado e competitivo aos mercados internacionais, em consonância com a Posição Comum do Conselho, de 2008, que define regras comuns aplicáveis ao controlo das exportações de tecnologia e equipamento militares, e sem prejuízo das decisões soberanas dos Estados-Membros.

Maximizaremos a **coerência entre as iniciativas da UE relacionadas com a defesa** – Análise Anual Coordenada da Defesa, cooperação estruturada permanente e Fundo Europeu de Defesa. A este respeito, o alto representante/vice-presidente/chefe da Agência Europeia de Defesa presidirá às reuniões anuais dos ministros da Defesa dedicadas às iniciativas de defesa da UE que tratem do desenvolvimento de capacidades, tirando pleno partido dos formatos existentes.

Inovação, tecnologias disruptivas e redução das dependências estratégicas

As tecnologias emergentes e disruptivas, como a **inteligência artificial**, a computação quântica, a propulsão avançada, a biotecnologia e a nanotecnologia e os novos materiais e capacidades industriais estão a transformar os assuntos militares e os mercados da defesa. Estamos já a investir coletivamente na **inovação no domínio da defesa**, combinando a investigação civil, espacial e em defesa e desenvolvendo novas normas. No entanto, teremos de fazer um maior esforço a nível nacional, mas também através de uma utilização mais ambiciosa dos instrumentos da UE, de modo a estarmos mais bem preparados para o teatro de operações do futuro e para as tecnologias da próxima geração. Garantiremos uma execução ambiciosa do Plano de ação sobre sinergias entre as indústrias civis, da defesa e do espaço. Criaremos igualmente um **polo de inovação no domínio da defesa** no âmbito da Agência Europeia de Defesa, trabalhando em parceria com a Comissão, a fim de reforçar e coordenar a cooperação em matéria de inovação neste domínio entre os Estados-Membros. A este respeito, garantiremos sinergias com as ações do Conselho Europeu da Inovação e do Fundo Europeu de Defesa no domínio das tecnologias disruptivas. A Comissão, em coordenação com a Agência Europeia de Defesa, desenvolverá um mecanismo de inovação da UE no domínio da defesa para acelerar a inovação em matéria de segurança e defesa na UE e nos seus Estados-Membros.

Uma **base tecnológica e industrial de defesa europeia inovadora, competitiva e resiliente**, que garanta a segurança do aprovisionamento e a disponibilização de tecnologias de ponta, é mais importante do que nunca e fundamental para o emprego, o comércio, o investimento, a segurança e a investigação na UE. O setor europeu da defesa pode também contribuir para o crescimento e para a recuperação económica sustentável após a pandemia. É preciso garantir que beneficia plenamente e com rapidez dos ciclos de inovação civil e eliminar os obstáculos existentes. Investiremos igualmente em tecnologias de dupla utilização. Estas medidas são essenciais, uma vez que os nossos concorrentes estratégicos estão a investir rapidamente em tecnologias críticas e a pôr em causa as nossas **cadeias de abastecimento** e nosso acesso aos recursos. À medida que o panorama tecnológico se transforma, os nossos novos quadros de cooperação dão-nos a oportunidade de não repetir a fragmentação e a ineficiência do passado e de adotar uma abordagem europeia desde o início. Iremos impulsionar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação e reduzir as nossas dependências estratégicas em matéria de tecnologias críticas e cadeias de valor. O roteiro para as tecnologias críticas de segurança e defesa elaborado pela Comissão Europeia propõe uma metodologia para fazer face a estes desafios por meio de uma cooperação mais estreita entre a UE e os Estados-Membros. Tal poderia igualmente contribuir para reforçar a resiliência da economia e das cadeias de abastecimento europeias, em consonância com a Estratégia Global Gateway da UE.

Investir na inovação e aproveitar melhor a tecnologia civil para a defesa é fundamental para reforçar a nossa **soberania tecnológica**, reduzir as dependências estratégicas e preservar a propriedade intelectual na UE. Por meio do Observatório das Tecnologias Críticas, continuaremos a acompanhar e a identificar essas dependências estratégicas no setor da segurança e da defesa. O Plano de Ação da Agência Europeia de Defesa sobre Tecnologias Emergentes e Disruptivas contribuirá igualmente para estes esforços. Promoveremos também sinergias entre a investigação e a inovação nos domínios civil, espacial e da defesa e investiremos em tecnologias críticas e emergentes e na inovação para a segurança e a defesa. A nossa base tecnológica e industrial de defesa europeia precisa do reforço da resiliência das nossas cadeias de abastecimento e do acesso das indústrias ao financiamento privado. O Banco Europeu de Investimento deve também utilizar todos os seus instrumentos para contribuir para esse esforço. Importa igualmente assegurar que as políticas horizontais da UE, como as iniciativas em matéria de financiamento sustentável, continuem a ser coerentes com os esforços da União Europeia para facilitar o **acesso adequado da indústria europeia de defesa ao financiamento e ao investimento, tanto público como privado**. A utilização plena do quadro da União e dos mecanismos nacionais de **análise do investimento direto estrangeiro** continua a ser fundamental para identificar e reduzir os riscos para a segurança e a ordem pública, nomeadamente aqueles que estejam relacionados com os investimentos no setor da defesa. Iremos analisar propostas adicionais para reduzir os riscos para as empresas que produzem tecnologias e produtos críticos e se deparam com processos de aquisição fora da UE. É necessário criar mecanismos nacionais de análise o mais cedo possível em todos os Estados-Membros. Além disso, devem ser reforçados os instrumentos para combater as medidas extraterritoriais externas e as tentativas de coerção económica com impacto na indústria e nos interesses estratégicos da UE. No domínio da cibersegurança, rapidamente tornaremos operacional o Centro Europeu de Competências em Cibersegurança, a fim de desenvolver um **ecossistema industrial e tecnológico de cibersegurança** europeu sólido, apoiar as empresas especializadas em cibersegurança e continuar a aumentar os recursos e as competências no domínio da cibersegurança e ciberdefesa a nível da UE.

O desenvolvimento de **tecnologias emergentes e disruptivas** é fundamental para manter uma vantagem militar, inclusive por meio do orçamento específico a título do Fundo Europeu de Defesa. Os nossos concorrentes utilizam cada vez mais tecnologias e dados estratégicos sem respeitar as **normas e regulamentações internacionais** em vigor. Por conseguinte, precisamos de uma perspetiva analítica mais clara das tendências e dependências tecnológicas emergentes e disruptivas e da forma como estas estão a ser cada vez mais utilizadas pelos nossos concorrentes estratégicos. Para o efeito, recorreremos ao Observatório das Tecnologias Críticas da Comissão para coordenar e alcançar um completo entendimento das dependências críticas, como é o caso dos semicondutores, das tecnologias de ponta e de computação em nuvem, da computação quântica e da inteligência artificial. A este respeito, tiraremos partido do trabalho da Agência Europeia de Defesa sobre as principais atividades estratégicas. Reduziremos os riscos para a segurança do aprovisionamento e, coletivamente, intensificaremos os nossos esforços, investindo e protegendo em conjunto tecnologias cruciais para a segurança e a defesa. Trabalharemos com todos os parceiros para promover as normas éticas e jurídicas pertinentes. Neste contexto, a nossa cooperação no quadro das Nações Unidas será essencial, em particular na definição e aplicação das normas comuns da Convenção sobre Certas Armas Convencionais.

Por último, temos de aproveitar a inovação para aumentar a **eficiência energética** do setor da defesa, inclusive das missões e operações da PCSD, sem reduzir a eficácia operacional. Desenvolveremos parâmetros de referência e normas comuns para uma maior utilização de fontes de energia renováveis e para a resiliência das infraestruturas críticas relacionadas com a defesa. Será dada especial ênfase à inovação e às normas que possam contribuir para reduzir a pegada ambiental das forças armadas e criar possibilidades de reutilização de componentes valiosos e de materiais escassos.

Objetivos

Aumentaremos substancialmente as nossas despesas no setor da defesa de modo a corresponderem à nossa ambição coletiva de reduzir as lacunas críticas em matéria de capacidades militares e civis. Reforçaremos também a nossa base tecnológica e industrial de defesa europeia em toda a União, que também garanta a participação transfronteiras das pequenas e médias empresas. Em conformidade com os compromissos vinculativos assumidos no âmbito da cooperação estruturada permanente, as despesas com a defesa serão regularmente aumentadas em termos reais de modo a corresponderem à nossa ambição coletiva no domínio da defesa. De futuro, iremos aumentar e mobilizar ainda mais o investimento colaborativo em matéria de defesa a nível da UE, incluindo a investigação e a tecnologia, por intermédio do Fundo Europeu de Defesa². Iremos investir na inovação e em tecnologias críticas e emergentes, reduzir as nossas dependências estratégicas, garantir a segurança das cadeias de abastecimento e reforçar a proteção da nossa propriedade intelectual. Cooperaremos também com parceiros de todo o mundo animados do mesmo espírito, numa base de reciprocidade, a fim de aumentar os benefícios mútuos.

Despesas no setor da defesa

- Até meados de 2022, no pleno respeito das prerrogativas nacionais e de acordo com os nossos compromissos, incluindo os assumidos noutras organizações, procederemos a uma troca de opiniões sobre os nossos **objetivos nacionais em termos de aumento e otimização das despesas com a defesa**, a fim de atender às nossas necessidades de segurança, maximizar os resultados, aumentar a interoperabilidade e tirar pleno partido das economias de escala, nomeadamente através de uma abordagem europeia coordenada e colaborativa e da plena utilização dos instrumentos da UE.
- Convidamos a Comissão a apresentar, em coordenação com a Agência Europeia de Defesa, **uma análise dos défices de investimento na defesa** até meados de maio e a propor quaisquer outras iniciativas necessárias para reforçar a base industrial e tecnológica da defesa europeia.
- A Comissão **desenvolverá incentivos adicionais** para estimular os investimentos colaborativos dos Estados-Membros em capacidades estratégicas de defesa, nomeadamente as que forem desenvolvidas e/ou adquiridas conjuntamente no âmbito dos quadros de cooperação da União Europeia, e incluirá um capítulo sobre a evolução, os obstáculos e as oportunidades relativas aos projetos multinacionais em matéria de capacidades de defesa no relatório anual sobre o desempenho do mercado único.

Desenvolvimento das capacidades

- Até 2023, procederemos à **revisão do nosso processo do Objetivo Global** e aproximaremos o desenvolvimento das capacidades militares das necessidades operacionais, o que constitui um contributo fundamental para o Plano de Desenvolvimento de Capacidades. Os elementos de planeamento estratégico pormenorizados, necessários para adaptar os cenários de planeamento de capacidades, serão desenvolvidos até meados de 2022.
- A partir de 2022, serão organizadas e presididas pelo alto representante/vice-presidente da Comissão/chefe da Agência Europeia de Defesa **reuniões anuais dos ministros da Defesa dedicadas às iniciativas da UE em matéria de defesa que tratem do desenvolvimento de capacidades**, tirando pleno partido dos formatos existentes.

² Tal será feito sem prejuízo do próximo quadro financeiro plurianual da UE.

- Até 2024, será estabelecido um **processo de desenvolvimento de capacidades civis** para avaliar as necessidades em termos de capacidades, desenvolver requisitos, efetuar uma análise das lacunas e rever periodicamente os progressos realizados em conformidade com o novo Pacto sobre a Vertente Civil da PCSD.

Capacidades estratégicas

- Comprometemo-nos a lançar mão das iniciativas da UE em matéria de defesa para diminuir substancialmente, até 2025, as lacunas críticas no que se refere a **facilitadores de força**, em especial as relacionadas com a capacidade de projeção rápida da UE, tais como o transporte aéreo estratégico, os recursos de comunicação espacial, as capacidades anfíbias, os meios médicos, as capacidades de ciberdefesa e as capacidades de informação, vigilância e reconhecimento.
- Nesta década e mais além, concentraremos os nossos esforços de desenvolvimento de capacidades nas capacidades da próxima geração em todos os domínios, inclusive ao nível dos sistemas e dos subsistemas dos domínios prioritários identificados na análise anual coordenada da defesa, em especial:
 - No **domínio terrestre**, iremos modernizar os equipamentos para soldados, enquanto elemento fundamental da proteção das forças individuais e da eficácia operacional em todos os tipos de operações, assim como desenvolver um sistema de tanques principais de combate, enquanto capacidade de próxima geração da União para as operações convencionais de alta intensidade e para a gestão de crises.
 - No **domínio marítimo**, com vista a melhorar o conhecimento situacional marítimo e a proteção das forças, iremos substituir os navios de patrulha costeira e os navios patrulha de alto mar através do desenvolvimento de plataformas navais de topo de gama digitalmente integradas em rede, incluindo plataformas navais não tripuladas.
 - No **setor aéreo**, iremos desenvolver sistemas de combate do futuro enquanto capacidade de próxima geração e totalmente interoperável que vise garantir uma vantagem aérea. Estes sistemas serão complementados por sistemas antiaeronaes não tripuladas e contribuirão para o estabelecimento de uma norma europeia para as capacidades Antiacesso/Negação de Área.
 - No **domínio espacial**, iremos desenvolver novos sensores e plataformas para a observação espacial da Terra, bem como tecnologias para o conhecimento da situação no espaço e serviços de comunicação baseados no espaço.
 - No **domínio cibernético**, iremos intensificar os nossos esforços para desenvolver e interligar as nossas capacidades, a fim de proporcionar a resiliência e a capacidade necessárias para agir em todos os domínios, dando particular ênfase à mobilidade militar reforçada, que é um facilitador essencial.
- Até 2023, e a fim de continuarmos a ser capazes de desenvolver capacidades na Europa, tomaremos medidas para promover e facilitar o **acesso da indústria de defesa ao financiamento privado**, inclusive fazendo o melhor uso possível do Banco Europeu de Investimento.

- Desenvolveremos novos incentivos para estimular os investimentos colaborativos dos Estados-Membros em **projetos conjuntos** e na **aquisição conjunta** de capacidades de defesa que sejam desenvolvidas de forma colaborativa na UE, o que inclui, nomeadamente:
 - Até ao início de 2023, a preparação de uma proposta da Comissão que permita uma **isenção de IVA** para apoiar a aquisição conjunta e a detenção de capacidades de defesa desenvolvidas de forma colaborativa na UE;
 - Até meados de 2023, o trabalho em futuras propostas de **novas soluções de financiamento** para facilitar aos Estados-Membros a aquisição conjunta de capacidades estratégicas de defesa da UE;
 - Após a avaliação intercalar do FED, o trabalho numa eventual alteração do Regulamento relativo ao Fundo Europeu de Defesa, a fim de ajustar e reforçar o **sistema de bónus do FED** nos casos em que os Estados-Membros se comprometam a adquirir conjuntamente e/ou a deter as capacidades de defesa em desenvolvimento.

Tecnologias e dependências estratégicas em matéria de segurança e defesa

- Em 2022, criaremos um **polo de inovação no domínio da defesa** no âmbito da Agência Europeia de Defesa, que trabalhará em parceria com a Comissão a fim de aproveitar as sinergias que existam com as suas vertentes de trabalho conexas, nomeadamente o mecanismo de inovação da UE no domínio da defesa. Os parâmetros deste polo serão definidos no âmbito da Agência Europeia de Defesa.
- A partir de 2022, identificaremos mais precisamente as dependências estratégicas no setor da defesa por intermédio do **Observatório das Tecnologias Críticas** e tomaremos medidas para as reduzir, mobilizando os instrumentos e as políticas da UE e dos Estados-Membros e averiguando eventuais lacunas nelas existentes. Trabalharemos em conjunto com a Comissão e a AED para desenvolver, desde o início, uma abordagem estratégica coordenada a nível da UE para as tecnologias críticas importantes em matéria de segurança e defesa. A este respeito, tiraremos partido do trabalho da Agência Europeia de Defesa sobre as principais atividades estratégicas. Continuaremos a utilizar o **Quadro de análise do investimento direto e estrangeiro da UE** se algum investimento no setor da defesa da UE ameaçar a segurança ou a ordem pública. Analisaremos outras propostas que permitam reduzir esses riscos para o setor da defesa da UE.
- A partir de 2022, iremos impulsionar ainda mais a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em toda a UE e reduzir as nossas **dependências estratégicas** em matéria de tecnologias e cadeias de valor críticas para a segurança e defesa, com base na agenda estratégica abrangente de investigação da Agência Europeia de Defesa e no Roteiro para as tecnologias críticas de segurança e defesa proposto pela Comissão Europeia.
- Em 2023, avaliaremos, juntamente com a Comissão, o risco para as nossas **cadeias de abastecimento de infraestruturas críticas**, em particular no domínio digital, a fim de proteger melhor os interesses da UE em matéria de segurança e defesa.

5. PARCERIAS

As parcerias são um instrumento essencial para apoiar a ambição da UE de ser um interveniente estratégico à escala mundial. Os nossos parceiros também beneficiarão de uma UE mais forte e com mais capacidades no domínio da segurança e da defesa. Podem ajudar-nos a **defender a ordem internacional assente em regras e um multilateralismo efetivo**, articulado em torno das Nações Unidas, a estabelecer normas e padrões internacionais e a contribuir para a paz e a segurança em todo o mundo. Consolidaremos as parcerias adaptadas nos casos em que sejam **mutuamente benéficas**, sirvam os interesses da UE e apoiem os nossos valores, em particular sempre que exista um empenho comum numa abordagem integrada dos conflitos e das crises, do reforço das capacidades e da resiliência. A estreita concertação em questões relativas à PESC é também fundamental neste contexto, em especial quando estejam em jogo interesses comuns. Há muito tempo que colaboramos com os nossos **parceiros** e procuramos ativamente que estes participem nas missões e operações civis da PCSD.

É fundamental que as nossas parcerias estratégicas realizem o seu potencial e que demos resposta às profundas mudanças que estão atualmente em curso em matéria de segurança. Continuaremos a investir na **resiliência dos parceiros** dos Estados nossos vizinhos e de regiões mais afastadas, em particular por meio dos instrumentos de domínios mais vastos como a paz, a segurança, a vizinhança, o desenvolvimento e a cooperação de que a União dispõe.

Parceiros multilaterais e regionais

A parceria estratégica da UE com a OTAN é fundamental para a nossa segurança euro-atlântica, o que mais uma vez ficou patente no contexto da agressão militar da Rússia contra a Ucrânia em 2022. A UE continua plenamente empenhada em reforçar esta parceria chave a fim de também promover os laços transatlânticos. Tomando por base os inigualáveis progressos realizados desde 2016 no que toca ao reforço da cooperação com a **OTAN**, há que tomar mais medidas ambiciosas e concretas no sentido de desenvolver respostas comuns tanto às atuais como às novas ameaças, assim como aos desafios em comum. As declarações conjuntas assinadas em 2016 e 2018 constituem os principais pilares desta cooperação. No espírito destas declarações conjuntas, e com base nos princípios da inclusividade, da reciprocidade, da abertura e da transparência, bem como da autonomia dos processos de decisão de ambas as organizações, daremos continuidade à nossa **cooperação estreita e mutuamente benéfica**. Continuaremos a reforçar a cooperação existente no que toca ao diálogo político, à partilha de informações, às operações de gestão de crises, ao desenvolvimento de capacidades militares e à mobilidade militar. Iremos aprofundar o nosso trabalho comum no reforço da segurança marítima e da luta contra as ameaças híbridas, nomeadamente a manipulação de informações por parte de agentes estrangeiros e a segurança do ciberespaço, bem como a execução da Agenda para as Mulheres, a Paz e a Segurança. Além disso, expandiremos a nossa cooperação em matéria de tecnologias emergentes e disruptivas, alterações climáticas e defesa, resiliência e espaço exterior.

A fim de melhorar o **diálogo político**, organizaremos com mais frequência e em moldes mais inclusivos reuniões conjuntas de alto nível entre a UE e a OTAN, centradas em questões de relevância estratégica. Serão reforçados os diálogos específicos, por meio da realização de reuniões conjuntas regulares entre o Comité Político e de Segurança da UE e o Conselho do Atlântico Norte. As interações entre o nosso pessoal e o pessoal da OTAN são uma característica essencial da nossa parceria, mas podem ser ainda reforçadas graças a comunicações estratégicas mais intensas, à coordenação e/ou à adoção de declarações conjuntas e à realização de visitas conjuntas de representantes de alto nível da UE e da OTAN. O diálogo e a cooperação devem ser consolidados através do fortalecimento dos intercâmbios com a OTAN a respeito da avaliação do ambiente de segurança, do **conhecimento situacional comum** aos exercícios de prospetiva. A esse respeito, a nossa possibilidade de trocar informações classificadas e não classificadas reveste-se de uma importância fundamental.

Os **exercícios paralelos e coordenados** organizados pela UE e pela OTAN permitem a troca de informações e melhoram a nossa preparação para responder a preocupações mútuas em matéria de segurança, nomeadamente a ataques híbridos complexos. No entanto, a nossa abordagem dos exercícios terá de evoluir, de modo a fazer face de forma mais efetiva à reorientação das tendências geopolíticas e tecnológicas que está atualmente em curso. Terão uma importância primordial os debates específicos com base em cenários e uma maior inclusão da **mobilidade militar** em exercícios futuros. Avançar para **exercícios conjuntos e inclusivos** daria um verdadeiro impulso ao reforço da cooperação entre a UE e a OTAN e contribuiria para a criação de confiança, a melhoria da interoperabilidade e ao aprofundamento da nossa parceria. Para isso é necessária uma partilha de informações adequada.

A fim de defender o multilateralismo assente em regras e os princípios da Carta das Nações Unidas, temos de reforçar a nossa parceria estratégica com as **Nações Unidas** (ONU). Garantiremos a coerência com as ações das Nações Unidas no domínio da paz e da segurança e apoiaremos a aplicação das recomendações formuladas no relatório do secretário-geral das Nações Unidas intitulado "A nossa agenda comum", incluindo a "nova agenda para a paz". Intensificaremos substancialmente o nosso diálogo político com a ONU graças a um envolvimento político de alto nível e mediante declarações conjuntas.

Através das nossas missões e operações civis e militares, estamos a trabalhar em conjunto com a ONU em muitos contextos, mas podemos fazer mais para ajudar a reforçar, interligar, substituir ou complementar as tarefas e missões da ONU. A este respeito, reforçaremos a nossa parceria estratégica com a ONU em matéria de operações de paz e de gestão de crises, nomeadamente com a implementação do novo conjunto comum de prioridades em matéria de operações de paz e de gestão de crises para o período de 2022-2024. Tal inclui, em especial, uma maior **coordenação operacional** no terreno, bem como uma cooperação em matéria de planos de contingência e apoio mútuo. Por conseguinte, tiraremos pleno partido do Acordo-Quadro relativo à prestação de apoio mútuo entre as Nações Unidas e a UE no que toca às missões e operações no terreno de ambas as partes. Iremos também continuar a promover a agenda para as mulheres, a paz e a segurança e a intensificar a nossa cooperação no que diz respeito às crianças em conflitos armados.

Para fazermos face aos desafios do futuro, a UE e a ONU devem adotar uma abordagem mais dinâmica **do alerta precoce, bem como da prevenção e mediação de conflitos**. A troca de informações estruturada, a análise prospetiva, a previsão estratégica e análises de conflitos atentas à dimensão de género realizadas em conjunto podem contribuir para tirarmos pleno partido dos nossos conhecimentos e competências especializadas. Tal é importante para conseguirmos dar resposta a desafios novos e emergentes, como as alterações climáticas, as pandemias, o terrorismo, a criminalidade organizada, as tecnologias emergentes e disruptivas e as ameaças híbridas, nomeadamente os ciberataques e a desinformação.

Reforçaremos também a nossa cooperação com a **Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa** (OSCE), nomeadamente no domínio da prevenção de conflitos e da gestão de crises. Ao desenvolver laços operacionais mais estreitos com a OSCE nos Balcãs Ocidentais, na Vizinhança Oriental e na Ásia Central, estudaremos, simultaneamente, as formas como a UE pode colaborar mais estreitamente com as missões da OSCE no terreno e reforçar a sua relação com o Centro de Prevenção de Conflitos da OSCE. Será dada ênfase às **medidas geradoras de confiança** e à **partilha de informações** tendo em vista o alerta precoce, a prevenção de conflitos, a gestão de crises, a governação e as reformas em matéria de segurança e a estabilização pós-conflito. As atividades conjuntas da UE e da OSCE como as ações de formação e o intercâmbio de boas práticas e de ensinamentos adquiridos, podem fazer progredir a nossa cooperação.

Continuaremos a reforçar a nossa cooperação estratégica com a **União Africana (UA)**, com base no diálogo político e na intervenção operacional, da Somália à região do Sael. Este objetivo pode ser alcançado através de visitas conjuntas ao terreno e de uma coordenação mais estreita a nível do planeamento e da condução. Procuraremos alcançar uma parceria em matéria de segurança **mais sólida e equilibrada** com os parceiros africanos. Para o efeito, a UE desenvolverá laços operacionais mais estreitos com organizações regionais e sub-regionais como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e o G5 Sael, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Enquanto garante fiável da segurança, a UE intensificará os seus esforços no apoio a iniciativas sob liderança africana que contribuam para a paz e a segurança no continente africano, incluindo operações de apoio à paz lideradas por África. Neste contexto, promoveremos a aplicação do quadro de cumprimento dos direitos humanos da UA. Desenvolveremos contactos entre as nossas forças militares e as nossas forças policiais e os seus homólogos africanos, a fim de consolidar o nosso conhecimento situacional. Reforçaremos ainda a cooperação trilateral entre a UE, a ONU e a UA, bem como a coordenação entre os três membros africanos (A3) e os Estados-Membros da UE no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Tendo em conta que a região do Indo-Pacífico está a assumir uma importância cada vez maior, trabalharemos com a **Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)** a fim de reforçar a consciencialização coletiva e a troca de informações sobre o extremismo violento, as ameaças químicas, biológicas, radiológicas e nucleares, a cibersegurança, a segurança marítima, a criminalidade transfronteiras, a assistência humanitária e em caso de catástrofe e a gestão de crises. Tendo em vista a nossa plena adesão à reunião dos ministros da Defesa da ASEAN+, aproveitaremos todas as oportunidades para participar em atividades conjuntas de sensibilização com a ASEAN e para contribuir para os seus esforços de estabelecimento de acordos de segurança pan-asiáticos. Trabalhando nomeadamente no quadro do Fórum Regional da ASEAN reforçaremos ainda mais os nossos contributos em matéria de segurança e a nossa presença na região do **Indo-Pacífico**.

Continuará também a ser desenvolvida a cooperação com outras organizações regionais, nomeadamente a Liga dos Estados Árabes (LEA) e o Conselho de Cooperação do Golfo (CGC).

Parcerias bilaterais adaptadas

Dialogaremos de forma mais coerente, consequente e abrangente com os nossos **parceiros bilaterais** em todo o mundo, nomeadamente reforçando e tirando pleno partido da nossa rede de consultores militares e peritos em matéria de luta contra o terrorismo nas delegações da UE. Continuaremos a construir **parcerias adaptadas** com base em valores e interesses comuns, tendo simultaneamente em conta a intensidade das relações existentes e as suas características específicas. Para o efeito, incluiremos de forma mais sistemática as questões de segurança e defesa nos nossos diálogos políticos com os parceiros. Além disso, de dois em dois anos organizaremos um **Fórum da Parceria da UE para a Segurança e Defesa**, destinado a reunir os nossos parceiros. Este fórum constituirá uma oportunidade para debater a alto nível político questões temáticas e de atualidade relacionadas com a segurança e a defesa. Permitirá ainda à União Europeia reunir os parceiros e evidenciar o apoio destes aos contributos da UE para a paz e a segurança internacionais, assim como apresentar os desafios com que nos deparamos. O objetivo é reforçar as parcerias criando um sentido comum de propósito, o que contribuirá para aumentar a eficácia dos esforços coordenados a nível internacional, fortalecendo simultaneamente a credibilidade e a legitimidade da ação da UE.

A nossa parceria com os **Estados Unidos** tem uma importância estratégica e devemos aprofundar a nossa cooperação em matéria de segurança e defesa de uma forma mutuamente benéfica. Já estamos a trabalhar com os Estados Unidos num vasto conjunto de domínios de intervenção em matéria de segurança e defesa, e também no terreno. No entanto, temos de aproveitar a dinâmica positiva gerada pela Declaração da Cimeira UE-EUA de junho de 2021. Um **diálogo estratégico específico em matéria de segurança e defesa** entre a UE e os Estados Unidos constitui um marco importante na consolidação da parceria transatlântica. Promoverá uma cooperação mais estreita e mutuamente benéfica em domínios como as iniciativas de ambas as partes em matéria de segurança e defesa, o desarmamento e a não-proliferação, o impacto das tecnologias emergentes e disruptivas, as alterações climáticas e a defesa, a ciberdefesa, a mobilidade militar, a luta contra as ameaças híbridas, incluindo a manipulação da informação e ingerência estrangeiras, a gestão de crises e a relação com concorrentes estratégicos.

Aprofundaremos as nossas relações construtivas com a **Noruega**, como nosso parceiro mais próximo ao abrigo do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (EEE), bem como com o **Canadá**, país com o qual mantemos uma cooperação de longa data em matéria de segurança e defesa que demonstra o nosso empenhamento conjunto em prol da paz e da segurança. Valorizamos os diálogos específicos sobre segurança e defesa com estes e outros parceiros que partilham das mesmas ideias. Permanecemos abertos a um compromisso alargado e ambicioso no domínio da segurança e defesa com o **Reino Unido**.

Continuaremos a cooperar em domínios de interesse comum com a **Turquia**, que contribui para as missões e operações da PCSD. Continuamos empenhados em desenvolver uma parceria mutuamente benéfica, o que exige porém o mesmo empenho por parte da Turquia em avançar na via da cooperação, do desanuviamento sustentado e da resposta às preocupações da UE, em conformidade com a declaração dos membros do Conselho Europeu de 25 de março de 2021.

Continuamos empenhados em aumentar a resiliência das sociedades e dos processos democráticos, das instituições políticas e das infraestruturas críticas nos **Balcãs Ocidentais**, bem como em reforçar a cibersegurança, combater a desinformação e apoiar os esforços de luta contra o terrorismo na região. A fim de contribuir para a criação de capacidades civis e militares e de robustecer a resiliência na região, é fundamental trabalhar em estreita colaboração com a OTAN e a OSCE. Congratulamo-nos com os contributos regulares que os nossos parceiros nos Balcãs Ocidentais têm dado às nossas missões e operações da PCSD.

Tendo em conta a ameaça à soberania, à estabilidade, à integridade territorial e à governação dos nossos **parceiros orientais**, reforçaremos a nossa cooperação no domínio da segurança e da defesa, com o objetivo de aumentar a sua resiliência. Continuaremos a apoiar a Ucrânia e o seu povo, juntamente com os nossos parceiros internacionais, nomeadamente prestando apoio político, financeiro, humanitário e logístico adicionais. Os desafios que a Geórgia e a República da Moldávia enfrentam, que incluem a interferência hostil da Rússia e o recurso extensivo a instrumentos militares e a táticas híbridas, comprometem a sua estabilidade e os seus processos democráticos e têm implicações diretas na nossa própria segurança. Por conseguinte, continuaremos a cooperar estreitamente com esses países e reiteraremos o nosso apoio e empenho incondicionais em prol da sua soberania e integridade territorial. Enquanto parceiros próximos da UE, reforçaremos a cooperação e os diálogos específicos com a Ucrânia, a Geórgia e a República da Moldávia, nomeadamente em domínios como a cibersegurança, a desinformação e a luta contra as ameaças híbridas. Valorizamos os seus contributos para as nossas missões e operações da PCSD. Apoiaremos igualmente os nossos parceiros orientais no reforço da sua resiliência recorrendo a diferentes instrumentos, inclusive através de medidas de assistência.

Na **Vizinhança Meridional**, os desafios que se colocam à escala mundial e regional avolumaram-se, tendo destacado a nossa interdependência mútua e a necessidade de estabelecer parcerias mais estreitas em matéria de segurança e defesa. Em particular, sublinhamos que o terrorismo, o extremismo violento, a radicalização, as ciberameaças e as ameaças híbridas, bem como a criminalidade organizada e os crescentes desafios relacionados com a migração irregular, são ameaças importantes que afetam ambas as margens do Mediterrâneo e que muitas vezes estão interligadas. Neste contexto, ofereceremos pacotes de segurança mais abrangentes aos parceiros da Vizinhança Meridional que estejam dispostos a aprofundar a cooperação numa série de aspetos, incluindo a cooperação operacional. Sublinhamos igualmente a necessidade de aumentar o investimento da UE em prol da paz e da estabilidade do Médio Oriente e do Golfo.

Reforçar a segurança dos nossos **parceiros africanos** continua a ser uma das nossas principais prioridades. Recorreremos a todos os instrumentos de que a UE dispõe no domínio da segurança e defesa, nomeadamente as missões e operações militares e civis, os programas de paz e estabilização, as medidas de assistência e o apoio financeiro. Este aspeto é tanto mais importante na medida em que assistimos a uma presença crescente dos nossos concorrentes estratégicos, desde o Sael até ao Corno de África. Procuraremos estabelecer diálogos sobre segurança e defesa e cooperar com os parceiros africanos a respeito destas questões. Asseguraremos uma melhor associação da assistência militar às reformas estruturais, nomeadamente em termos da gestão dos recursos humanos, bem como ao reforço das capacidades civis e à reforma do setor da segurança. Ajudaremos os nossos parceiros a reforçarem a sua resiliência face a ameaças convencionais e a ameaças híbridas, à desinformação, aos ciberataques e às alterações climáticas. Procuraremos assegurar a participação de parceiros dotados de capacidade nas nossas missões e operações da PCSD em África, bem como intensificar o nosso apoio aos seus esforços para combater a instabilidade e o terrorismo.

No quadro da Estratégia da UE para o Indo-Pacífico, procuraremos promover uma arquitetura de segurança regional aberta e baseada em regras, nomeadamente linhas marítimas seguras de comunicação, o reforço das capacidades e uma presença naval reforçada no **Indo-Pacífico**. Atualmente, já realizamos consultas construtivas em matéria de segurança e defesa e mantemos uma cooperação no domínio da segurança com países do Indo-Pacífico como o Japão, a República da Coreia, a Índia, a Indonésia, o Paquistão e o Vietname. Estamos empenhados em trabalhar com parceiros que partilhem das mesmas ideias no quadro da cooperação no terreno, em particular sempre que estes esforços apoiem estruturas e iniciativas regionais de paz e segurança. A UE realizou uma série de **exercícios militares e escalas portuárias em conjunto**, com o Japão, a República da Coreia, o Jibuti e a Índia, nos casos mais recentes. Estes exercícios reais tornar-se-ão numa prática normal e contribuirão para garantir a segurança e abertura da região do Indo-Pacífico. Continuaremos a procurar o diálogo e as consultas com a China quando seja do nosso interesse, em especial em questões como o respeito pelo direito internacional do mar, a resolução pacífica de conflitos, uma ordem internacional assente em regras e os direitos humanos.

Temos de aprofundar a nossa parceria com a **América Latina**, tomando por base o diálogo específico sobre segurança e defesa realizado com a Colômbia e o Chile. Reconhecendo que os parceiros da América Latina têm contribuído para as missões e operações da PCSD, podemos fazer mais, a nível coletivo, para os ajudar a combater as ameaças híbridas, os ciberataques e a criminalidade organizada, bem como a participar no diálogo e na ação em matéria de clima e segurança e segurança marítima. O nosso objetivo é também continuar a promover a participação dos países da América Latina nos esforços da UE no domínio da segurança e defesa.

Adotar-se-á uma **abordagem mais integrada e adaptada no tocante ao reforço das capacidades**. Esta abordagem poderá incluir – sobretudo em situações de gestão de crises – ações de formação, aconselhamento, tutoria e fornecimento de equipamento às forças armadas e as forças de segurança dos nossos parceiros. Embora o Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional continue a ser o principal instrumento financeiro para apoiar a segurança e a estabilidade no estrangeiro, e deva ser utilizado tanto quanto possível, o **Mecanismo Europeu de Apoio à Paz** intensificará os nossos esforços no apoio ao reforço das capacidades de defesa, complementando os nossos esforços de gestão de crises da PCSD. Precisamos também de assegurar uma melhor ligação entre a assistência militar e o reforço das capacidades civis, a reforma do setor da segurança, a governação, o respeito do Estado de direito, do direito internacional e dos direitos humanos, o controlo democrático e a capacidade para responder às ameaças híbridas, à desinformação e aos ciberataques. A coordenação com os programas e instrumentos da Comissão será crucial para o êxito das nossas ações.

Saudamos os **contributos** de todos os nossos parceiros **para as nossas missões e operações da PCSD** e incentivamo-los a contribuírem com mais pessoal e capacidades para as nossas missões e operações no quadro de um esforço mútuo para promover a paz e a segurança internacionais. Para o efeito, ajudaremos os nossos parceiros a reforçar a sua capacidade para contribuírem para as missões e operações da PCSD. Em 2021, reforçámos já as modalidades de participação de países terceiros nas missões e operações da PCSD, assegurando um nível mais elevado de partilha de informações em todas as fases do planeamento.

Objetivos

Temos por objetivo aprofundar a cooperação com os nossos parceiros e adaptar ainda melhor os nossos pacotes de parceria. Manteremos e aprofundaremos os nossos diálogos sobre segurança e defesa, conhecimento situacional comum e formação e exercícios conjuntos. Trabalharemos com os nossos parceiros para combater as ameaças híbridas, a desinformação e os ciberataques. A nossa abordagem dará também resposta às necessidades dos nossos parceiros em termos de reforço de capacidades e apoio.

Nível multilateral

- A partir de 2022, com base nas declarações conjuntas, continuaremos a reforçar, aprofundar e alargar a nossa parceria estratégica, o diálogo político e a cooperação com a **OTAN** em todos os domínios de interação acordados, incluindo em novas vertentes de trabalho fundamentais, como a resiliência, as tecnologias disruptivas emergentes, o clima e a defesa e o espaço exterior.
- A partir de 2022, executaremos o novo conjunto comum de prioridades para a **cooperação UE-ONU (2022-2024)** e, em particular, realizaremos conjuntamente uma análise prospetiva, uma prospetiva estratégica e uma análise de conflitos atenta à dimensão de género e continuaremos a reforçar a nossa coordenação e cooperação política e operacional, assim como o intercâmbio de informações, nomeadamente fornecendo imagens de satélite por intermédio do Centro de Satélites da UE.
- Em 2022, organizaremos em Bruxelas o primeiro **Fórum bienal da Parceria de Segurança e Defesa da UE**, que reunirá parceiros multilaterais, regionais e bilaterais a convite do alto representante.

Nível regional

- A partir de 2022, aprofundaremos o diálogo político e reforçaremos a cooperação com a **OSCE**, a **União Africana** e a **ASEAN** em domínios como a prevenção de conflitos, o conhecimento situacional comum e a resiliência. Além disso, iremos:

- Procurar elaborar um roteiro específico conjunto com a **OSCE** em matéria de prevenção de conflitos e gestão de crises prevendo ações regionais e temáticas concretas;
- Renovar e reforçar a nossa cooperação com a União Africana, em consonância com a Cimeira UE-UA de fevereiro de 2022. Promoveremos, em especial, o nosso apoio a favor de uma formação, do reforço de capacidades e do equipamento adequados, bem como a favor do reforço e da intensificação das operações de paz autónomas sob liderança africana, nomeadamente através de missões e medidas de assistência da UE, e do reforço das capacidades em matéria de aplicação da lei. Tentaremos realizar visitas conjuntas no terreno com a **União Africana** e procurar uma coordenação mais estreita a nível do planeamento operacional e da condução; Intensificaremos também a cooperação trilateral UE-UA-ONU.

Nível bilateral

- Prosseguiremos uma cooperação mais estreita e mutuamente benéfica com os **Estados Unidos**. A partir de 2022, avançaremos com um diálogo específico sobre segurança e defesa, com base na Declaração da Cimeira de junho de 2021.
- Aprofundaremos a nossa cooperação com a **Noruega** e o **Canadá**, com base nos diálogos existentes. Continuamos abertos ao diálogo com o **Reino Unido** sobre segurança e defesa.
- Reforçaremos os diálogos sobre segurança e defesa com os nossos parceiros nos **Balcãs Ocidentais**, na nossa **Vizinhança Oriental e Meridional**, no **Indo-Pacífico** e na **América Latina**. Iremos também, em particular:
 - Reforçar a nossa segurança e a cooperação no domínio da defesa com os **parceiros orientais**, com vista a aumentar a sua resiliência, nomeadamente contra ataques híbridos e ciberameaças, e fomentar o apoio específico e o reforço das capacidades no domínio da segurança e defesa;
 - Apoiar os esforços que visam reforçar a resiliência dos nossos parceiros nos **Balcãs Ocidentais**;
 - Oferecer pacotes de segurança mais abrangentes aos parceiros da **Vizinhança Meridional**;
 - Procurar uma associação mais estreita dos **parceiros africanos** aos nossos esforços em matéria de segurança e defesa no continente africano e apoiar as iniciativas lideradas por África que contribuam para a paz e a segurança, em especial as operações de paz sob liderança africana, em consonância com a Cimeira UE-UA de 2022;
 - Realizar, até 2023, exercícios marítimos reais com parceiros do **Indo-Pacífico**, para além de escalas portuárias e patrulhas da UE mais frequentes.
- Como complemento dos nossos esforços de gestão de crises, tiraremos pleno partido do Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional e de outros programas pertinentes da UE, além de aumentar o recurso ao Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, a fim de intensificar a criação de capacidades e de **dar formação e fornecer equipamento** aos nossos parceiros em África, na nossa vizinhança oriental e meridional, assim como nos Balcãs Ocidentais, e de aumentar a sua resiliência às ameaças híbridas.
- A fim de intensificar os nossos esforços diplomáticos a nível internacional no domínio da segurança e defesa, ampliaremos a rede de **consultores militares e peritos em matéria de luta contra o terrorismo** nas delegações da UE.

6. CONCLUSÃO

Estamos perante um mundo que está a mudar rápida e drasticamente. Uma guerra importante eclodiu na Europa. Estamos a tomar medidas imediatas e sem precedentes em nome da União Europeia. Estamos a defender a ordem de segurança europeia e mundial em conjunto com os nossos parceiros. E estamos a reforçar a nossa postura na geopolítica.

A presente Bússola Estratégica descreve de que forma a União Europeia e os seus Estados-Membros **reforçarão a sua segurança e defesa**. Ao longo da próxima década, daremos um enorme passo para nos tornarmos num garante de segurança mais assertivo e determinado, mais bem preparado para fazer face às ameaças e desafios atuais e futuros. A nossa capacidade de projetar, realizar exercícios e planear em conjunto é essencial para concretizar a nossa ambição. Além disso, temos de ser mais resilientes às ameaças híbridas, aos ciberataques, aos riscos relacionados com o clima, às catástrofes naturais e às pandemias. Temos de garantir ter acesso a domínios estratégicos. Temos de investir mais e melhor. Investimentos mais orientados e coordenados em capacidades e mecanismos de defesa inovadores aumentarão a nossa capacidade de atuar e de reduzir dependências estratégicas indesejáveis e as nossas parcerias reforçadas consolidarão a nossa segurança. Para avançarmos neste sentido, temos de assegurar a existências de sinergias com os trabalhos realizados no âmbito da União da Segurança, bem como com outras políticas e iniciativas pertinentes da Comissão.

As ações descritas na presente Bússola Estratégica são ambiciosas, mas exequíveis se houver um compromisso político sustentado. A presente bússola apresenta a **perspetiva estratégica** e descreve os instrumentos e iniciativas necessários para assegurar uma ação da UE mais rápida, mais determinada e mais sólida. Apesar dos importantes progressos realizados nos últimos anos, a UE, no seu todo, não está preparada para combater a vasta gama de ameaças e desafios com que se depara. À luz dos atuais desafios em matéria de segurança, é imperioso mudar rapidamente este estado de coisas e reduzir o fosso entre as nossas aspirações e as nossas ações.

O alto representante, em concertação com a Comissão e a Agência Europeia de Defesa, apresentará um relatório anual sobre os progressos realizados, que servirá de base a uma reunião do Conselho Europeu com vista a fornecer orientações políticas para os nossos esforços. Com base na revisão da análise da ameaça, a realizar em 2025, e na concretização dos principais objetivos previstos, o alto representante apresentará propostas relativas a uma eventual **revisão da presente Bússola Estratégica**. Juntos, concretizaremos os nossos objetivos comuns em matéria de segurança e defesa, a fim de construir uma União Europeia que protege os seus cidadãos, os seus valores e os seus interesses e contribui para a paz e a segurança internacionais.